



ATA N.º 1/2017

Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

PONTO 2 – ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – 2016. INFORMAÇÃO N. 01/DGF/2017 – para conhecimento;

PONTO 3 – – AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE IMPORTÂNCIA LOCAL. – APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA N.º 2/GAP/2017. – Para apreciação, discussão e votação.

PONTO 4 - JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO DE 2016/2017. – PROPOSTA Nº 5/GAP/2017. – Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 5 – DOAÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO, SITUADO EM CORTINHA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES, CONCELHO DE CHAVES. PETICIONÁRIA: JUNTA DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES. PROPOSTA Nº 08/GAP/2017 – Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 6 – EMPRESA LOCAL “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M.,S.A.”. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA. APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA - PROPOSTA Nº 12/GAP/2017. – Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 7 - REVISÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES. CRIAÇÃO DE 3 UNIDADES FLEXÍVEIS DE 2º GRAU. EXTINÇÃO DE 2 DUAS UNIDADES FLEXÍVEIS DE 3º GRAU; BASE LEGAL – DECRETO - LEI Nº 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO E LEI Nº 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 42/2016, DE 28 DE DEZEMBRO. PROPOSTA Nº 13/GAP/2017. – Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 8 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PREÇO DO M2 DOS LOTES DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES. INCENTIVO À FIXAÇÃO DE EMPRESAS. PROPOSTA Nº 16/GAP/2017. - Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 9 – CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DESTINADO À CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM “PARQUE DESPORTIVO”, EM FORTES – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 17/GAP/2017. Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 10 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 11/DSC/2017. Para apreciação, discussão e votação;



PONTO 11 – PROJETO DE REGULAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 12/DSC/2017. Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 12 - GEMINAÇÃO ENTRE AS CIDADES DE CHAVES A ANGOULÊME (FRANÇA). - PROPOSTA Nº 18/GAP/2017. Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 13 – PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS SUBJETIVOS AO INVESTIMENTO (REVALIDAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO CAMARÁRIO DE 14/03/2014, RELATIVO À CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS ATRIBUÍDOS À EMPRESA ISABEL GRILO UNIPessoal, LDA. À LUZ DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL). REQUERENTE. ISABEL GRILO UNIPessoal, LDA. MORADA: RUA DO RAJADO Nº 4, 5400 – 480 CHAVES. REGISTO Nº 13943/16, DE 12.12.2016. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 121/DSC/2016;

PONTO 14 - CERTIDÃO IMT – ARTº 45 - REQUERENTE: ADELINO RODRIGUES GOMES SANTOS - LOCALIZAÇÃO: RUA DO RIO - SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO N.º 67/12 REQUERIMENTO Nº 2217/16 -INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº291/DSCH/2016. - Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 15 – CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IRS AO ABRIGO DO ARTº 71 DO EBF. REQUERENTE: JOÃO CARLOS TEIXEIRA BRUNO. LOCALIZAÇÃO: RUA DIREITA, 110/RUA BISPO IDÁCIO – SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO Nº 221/12. REQUERIMENTO Nº 293/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 15/DSCH/2017. Para apreciação, discussão e votação;

Feita a chamada verificaram-se 78 presenças das 79 que constituem a Assembleia Municipal de Chaves.

Suspenderam o mandato:

António Manuel Santana Abelha

Francisco António Taveira Ferreira

José Carlos Costa Matos Conceição

José António Trindade Mendes

Maria Helena da Silva Barreira

Maria da Conceição Martins

Nuno André Coelho Chaves

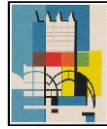
Emília de Lurdes Sousa Martins Nogueira

Faltou: *Ana Maria Chaves Fernandes*

O Senhor Presidente da Mesa cumprimentou os presentes e desejou a todos votos de bom trabalho.

Antes de iniciar propriamente os trabalhos da Ordem do Dia **o Senhor Presidente** propôs à apreciação da Assembleia um voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do MAI, seguido de um minuto de silêncio, ao cidadão Alberto de Ascensão Mendonça, recentemente falecido, pessoa ligada ao desporto que exerceu funções de Professor de Educação Física no antigo Liceu Nacional de Chaves e mais tarde foi Técnico da Direção Geral dos Desportos. Esteve na criação e manutenção de algumas coletividades ligadas ao desporto que muito se notabilizaram nesta cidade.

O Senhor Presidente da Mesa disse ainda: “como Técnico da Direção Geral de Desportos fui colega do Professor Mendonça e sempre lhe reconheci a



disponibilidade e dedicação ao desporto que foi importantíssima, junto da juventude deste concelho”.

A Assembleia Municipal aprovou a proposta, por unanimidade.

Foi guardado um minuto de silêncio.

Disse que este acontecimento fica registado e se dado conhecimento à família, desta manifestação, unanime da Assembleia Municipal de Chaves

Entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia

Deu entrada na Mesa uma Proposta de Homenagem ao Professor de Educação Física, Senhor Alberto de Ascensão Mendonça, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, que o Senhor Presidente da Mesa leu e se transcreve:

“Falar de Desporto e de Educação Física em Chaves, para além de muitos outros professores, é sem dúvida, falar do estimado Professor Mendonça.

Alberto Ascensão Mendonça, nasceu no já longínquo ano de 1933 em Mombaça, no Quénia.

Em 1960 termina os seus estudos universitários em Lisboa, concluindo a licenciatura em Educação Física pelo INEF.

Foi para Goa e inicia aí a sua atividade letiva no Liceu local, mas, decorrido pouco mais de um ano, regressa a Lisboa onde exerceu funções docentes no Liceu Nacional de Oeiras.

A sua atividade docente, sempre de forma irrepreensível, leva-o de novo para outro local, diferente dos anteriores, e que será a sua última e definitiva morada, ou seja o Liceu Nacional de Chaves, atual Escola Fernão de Magalhães. Estamos em Agosto de 1966 e, apaixonado pelo Voleibol, incutiu em muitos alunos, como eu, o gosto pelo Voleibol, modalidade desportiva de Pavilhão. Essa paixão levou a que muitos jovens dessa época seguissem os seus ensinamentos e os resultados são aqueles que V. Exas conhecem.

Ao longo da sua vida docente e desportiva contribuiu para o desenvolvimento de inúmeras associações desportivas e sociais e o seu vasto currículo, que me escuso de especificar, por imenso, permitiu-lhe granjear a estima e consideração dos flavienses.

No decorrer do seu longo percurso desportivo destaco apenas uma data importante e que justifica a razão eu estar aqui em representação de todos aqueles que lhe reconhecem o valor. Refiro-me ao dia 26 de Julho de 1981, em que foi realizado o 1º e único Torneio Internacional Júnior de Voleibol, inaugurando-se assim, oficialmente, o Pavilhão Gimnodesportivo de Chaves.

Nesse Pavilhão trabalhou durante mais ou menos uma década, como Técnico da extinta Direção Geral dos Desportos. No decorrer desse período, mais precisamente em 1987, foi nomeado, simultaneamente, diretor das atividades amadoras do Grupo Desportivo de Chaves e aí, além de outras, a “menina dos seus olhos” o Voleibol, voltou a destacar-se com equipas representativas nos campeonatos nacionais onde ele chegou a participar como atleta.

Por ser uma modalidade de interior, ou seja de Pavilhão, pelo trajeto desportivo, pelo seu contributo para o desenvolvimento do desporto nesta região e para que o seu nome prevaleça e sirva de referência às gerações vindouras, o Partido Socialista de Chaves vem por este propor à Exma. Assembleia Municipal que atribua, a título póstumo, pelos relevantes serviços no âmbito da Educação e do Desporto ao longo de mais de 50 anos, o nome do cidadão Alberto Ascensão Mendonça, ao Pavilhão Gimnodesportivo de Chaves. Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista”. Assina Luis Costa e mais cinco deputados.

O Senhor Presidente da Mesa disse que através desta proposta o Senhor deputado Luis Costa e seus camaradas pedem que seja feita homenagem ao Senhor Professor Alberto de Ascensão Mendonça, dando o seu nome ao Pavilhão Gimnodesportivo de Chaves. A Assembleia aceitou a entrada da proposta.



Intervenções:

Manuel Justino Matos Cunha do CDU – cumprimentou os presentes e disse que os cidadãos que residem em Chaves, há muito tempo, têm boas recordações do Senhor Professor Mendonça. Que todo o seu trajeto profissional e toda a sua vida foram dedicados ao desporto e ao nosso Concelho.

Lembro-me de uma situação que considero espantosa e que aconteceu em 1994, quando o Professor teve o acidente que lhe provocou um traumatismo craniano. Eu estava a trabalhar no Hospital de Santo António e recordo que os melhores médicos da especialidade, que na altura lá trabalhavam, achavam impossível que ele sobrevivesse e muito menos que saísse com autonomia própria, quando afinal, ainda viveu mais vinte e dois anos, com qualidade de vida.

Conheço o percurso do Professor Mendonça e entendo que esta é uma Homenagem justa. Atrevo-me a dizer, na perspetiva de vir a ser construído um novo Pavilhão Gimnodesportivo, que lhe possa vir a ser atribuído o seu nome. Este é um exemplo de que as pessoas para serem flavienses não precisam de ter nascido em Chaves. Basta que o assumam e que o façam. Em nome da CDU apoiamos totalmente esta proposta.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSP – depois de cumprimentar os presentes disse que o Grupo Municipal do PSD se associa à proposta que foi apresentada, reconhecendo na pessoa do Professor Mendonça uma figura ímpar, que fez muito pelo desporto e pela sociedade flaviense.

Considerando que essa é competência da Câmara Municipal o Grupo Municipal sugere que a proposta apresentada vá no sentido de que seja a Assembleia Municipal a recomendar à Câmara Municipal.

Luis António Gonçalves Costa do PS – cumprimentou os presentes e disse que depois da proposta apresentada, qualquer situação que surja, posteriormente, é mera formalidade.

O importante é aquilo que consubstancia o conteúdo da proposta e aí creio que estamos todos de acordo.

Em memória da pessoa em causa agradecia que não opusessem o trabalho que foi desenvolvido ao longo de cinquenta anos, e que eu testemunho.

Quando sofreu o acidente visitei-o no dia seguinte, no Hospital de Santo António. Estava preso a uma cama e saí de lá com a sensação de que não voltaria a vê-lo com vida. Ainda bem que durou mais vinte anos e para perpetuar o seu nome, penso que é digno que não se fale mais nisso e que as pessoas lhe dediquem a consideração que ele merece.

O Senhor Presidente da Câmara depois de cumprimentar os presentes disse associar-se à personalidade do Professor Mendonça como merecedor de todas as homenagens que se lhe possam fazer, pela importância que teve no desenvolvimento do desporto em Chaves e ainda como cidadão.

Apesar de ser formalidade, a Câmara Municipal propõe à Assembleia e esta delibera. A Assembleia Municipal pode recomendar à Câmara Municipal que delibere no sentido de atribuir toponímia ou designação de equipamentos, com o nome de alguma personalidade.

Naturalmente que a Assembleia é soberana e toma as deliberações que entender, e da forma que entender, mas não têm efeito legal.

A Assembleia recomenda e a proposta vai a reunião de Câmara. Não haverá necessidade de voltar a vir a este Órgão deliberativo, na medida em que este já a aprovou.

José Pimentel Sarmento do PSD – depois de cumprimentar os presentes lembrou a proposta que oportunamente fez para homenagear os cidadãos, Dr. Cipriano Costa e Teodoro de Freitas, já desaparecidos, com a atribuição dos seus nomes a ruas da cidade.



“Não ponho em causa os serviços prestados pelo Professor Mendonça, de quem era amigo pessoal; uma pessoa de bem e muito querida nesta terra. Subscrevo totalmente a proposta apresentada e entendo que deve ser homenageada uma pessoa que viveu durante muitos anos nesta cidade à qual prestou relevantes serviços, nomeadamente na área do desporto e da cultura.

Na altura em que apresentei a proposta relativamente aos Senhores Dr. Cipriano Costa e Teodoro de Freitas, a deliberação foi no sentido de recomendar porque a verdade é que esta é uma competência da Câmara e não da Assembleia Municipal. Entendo que não deve ser criada agora uma situação diferente com a apresentação desta proposta, nestes termos”.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – depois de cumprimentar os presentes disse que esta iniciativa do Partido Socialista visa traduzir, de forma singela, a consideração e estima que tínhamos e continuamos a ter pela figura do Professor Mendonça.

“Entendemos que a proposta deve ser discutida e votada e se depois for feito conforme o Senhor Presidente da Câmara disse, acho muito bem. Não fará sentido voltar à Assembleia Municipal, posteriormente.

De referir que as regras que se aplicam à toponímia não se aplicam a matérias desta natureza. Estamos aqui a falar de uma homenagem que se traduz na atribuição de um nome a um equipamento municipal.

Somos de opinião que a proposta deve ser discutida e se por questões regimentais, acharem que deve ganhar mais tempo e mais maturação, farão como entenderem. A nossa opinião é que deve ser votada agora e depois que siga o caminho que deve seguir”.

O Senhor Presidente da Câmara usou de novo da palavra para dizer que, provavelmente, não se fez entender na sua intervenção anterior.

A Assembleia Municipal pode apresentar as propostas que quiser e deliberar sobre elas. Podem é não ser exequíveis, se não estiverem de acordo com aquilo que a lei determina.

O que eu entendi, na sugestão apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, foi que se altere ligeiramente a proposta e se introduza a palavra recomendar; a Assembleia recomenda. Não impõe. Vai a discussão e a votação, como recomendação. Isto porque se a Assembleia decidir nomes a dar a equipamentos vai, certamente, condicionar o executivo municipal e isso pode ser complicado no futuro.

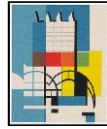
O Senhor deputado Nuno Vaz disse que a toponímia é uma coisa e o nome de equipamento é outra e todos sabemos que assim é. Hoje a Assembleia delibera que o equipamento A tem um nome e passado meio ano, um ano, aparece outra proposta para que esse mesmo equipamento mude de nome e isso não faz qualquer sentido.

A Assembleia não pode condicionar a ação do Executivo, a esse nível. Aprova ou não, as propostas que a Câmara Municipal lhe apresenta e, no demais, recomenda, sugere, ou aprova moções que não tenham implicação na ação do Executivo. É assim que a lei determina.

Acho que faz todo o sentido que o nome do Professor Mendonça seja atribuído ao atual Pavilhão Municipal porque foi lá que ele trabalhou durante muitos e bons anos e como vai ser requalificado, ficará com a dignidade necessária para o efeito

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que a palavra recomenda, tem sentido noutra contexto.

A recomendação faz sentido quando a competência própria e específica for da Câmara Municipal e, na minha perspetiva, a competência de atribuição do nome a este equipamento é da Assembleia Municipal. Se me disser que a competência da iniciativa é do executivo municipal eu até posso concordar. A recomendação só faz sentido quando estamos a falar de matéria que é da competência de outro órgão. Neste caso é apresentada uma proposta, sendo certo que o poder de iniciativa devia começar na Câmara e depois vir a esta Assembleia Municipal.



O Senhor Presidente da Mesa depois da discussão colocou a proposta à votação que foi aprovada por unanimidade, com 73 presenças na sala. Disse que o documento vai ser encaminhado para a Câmara Municipal e exarou o seguinte despacho: “A Assembleia Municipal não tem competência para execução da Proposta aprovada pelo que esta deve ser enviada à Câmara Municipal a fim de que o objetivo proposto possa vir a ser atingido, considerando a justeza do mesmo”.

Em seguida informou da entrada na Mesa de uma recomendação assinada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista que foi lida pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro e se transcreve:

“Recomendação – Pela retoma económica e pelo emprego”

Considerando que os executivos municipais liderados pelo Partido Social Democrata (pelo menos desde 2002) sempre defenderam a deslocalização da expansão industrial da zona da “Cocanha”, para o “Campo Queimado”, já depois de Outeiro Seco, local onde foi realizado investimento público de dezenas de milhões de euros, designadamente na Plataforma Logística, no Parque de Atividades e no Mercado Abastecedor;

Considerando que, por causa dessa decisão, foi necessário investir centenas de milhares de euros, do erário municipal, no financiamento da construção do Nó de acesso da autoestrada a tais infraestruturas industriais e económicas;

Considerando que os projetos/investimentos relacionados com a Plataforma Logística e o Mercado Abastecedor foram abandonados por esses mesmos executivos municipais, com graves consequências negativas para as finanças municipais e para a economia local, designadamente ao nível da atração de investimento privado, fixação de atividades económicas e do emprego;

Considerando que, a fazer fé nas notícias publicadas nos órgãos de comunicação social, as duas empresas que, com alguma relevância em termos de volume de negócio e de emprego, que estavam instaladas nessas infraestruturas municipais, terão encerrado a respetiva laboração e, dessa forma, colocado no desemprego dezenas de pessoas e depauperado ainda mais a frágil economia local;

Considerando que a estratégia prosseguida pelo atual executivo municipal se tem relevado inadequada para atrair empresas para tais infraestruturas municipais, pois ao invés de se fixarem novas empresas têm vindo a fechar as poucas que ali laboravam;

Considerando que é urgente promover e dinamizar a economia local, que se encontra estagnada, de modo a aumentar o número de agentes económicos e a expressão da respetiva economia e, desta forma, evitar a contínua e acentuada perda de população;

Considerando que é imperioso colocar ao serviço da economia local e do emprego os instrumentos públicos de dinamização e afirmação da atividade económica local de que o município dispõe, designadamente o parque de atividades/empresarial, mas também um fundo financeiro específico para o efeito;

Com base nos considerandos antes expostos, o Grupo Municipal do Partido Socialista recomenda ao executivo municipal que adote as medidas estratégicas e operacionais necessárias para colocar ao serviço da economia local e do emprego, os instrumentos públicos de dinamização e afirmação da atividade económica local de que o Município dispõe, designadamente o Parque de Atividades/Empresarial, a antiga Plataforma Logística e o antigo Mercado Abastecedor.

Chaves, 15 de fevereiro de 2016. O Grupo Municipal do PS.”

Intervenções sobre este documento:

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD – disse que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata não se revê no documento acabado de ler pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro porque considera que este Executivo Municipal está a fazer precisamente o contrário do que foi dito.



O Executivo está a criar e fomentar condições para atrair investimento para o nosso concelho e prova disso, por exemplo, é a construção de dois novos hotéis na nossa cidade.

Há um ponto específico na Ordem de Trabalhos desta Assembleia que propõe baixar o preço do metro quadrado de terreno, na zona industrial, para reforçar a atração do investimento no Concelho de Chaves.

Nós, Grupo Municipal do PSD não só não concordamos, como não nos revemos nem nos consideramos, nem nesta recomendação, porque entendemos que o Executivo está a trabalhar exatamente em sentido contrário. Ao longo dos anos tem vindo a criar medidas de incentivo e de atração ao investimento e, por essa via, a criação de emprego nomeadamente através de projetos PIM, entre outros.

Repudiamos, não concordamos e não nos revemos no documento que acabou de ser lido pelo Partido Socialista.

Manuel Guerra Afonso do MAI – cumprimentou os presentes e disse que independentemente do conteúdo do documento antes lido, é necessário que as empresas se instalem.

“Necessitamos de criar emprego e a Câmara adota medidas que são como que repelir o emprego, ao indeferir projetos. Chegou-me a informação de que haveria a possibilidade de um investimento na ordem de um milhão de euros, para a zona de Abobeira, ligado a bangalós e que foi indeferido por duas vezes. Não compreendo que quando alguém pretende investir um milhão de euros, num projeto de interesse turístico, que dá postos de trabalho, seja indeferido. Ou queremos ou não queremos o desenvolvimento e o crescimento da nossa terra. Isto no contexto daquilo que é gerar emprego, gerar riqueza.

Ao nível do parque empresarial sabemos como está a situação da “Pastelnor” e não sabemos a dos “Prazeres da Terra”.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

A recomendação apresentada pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro é, no mínimo, caricata.

O ponto oito da Ordem de Trabalhos traz a esta Assembleia Municipal uma proposta de redução do preço do metro quadrado dos lotes de terreno da zona empresarial, para um euro, no sentido de fazer uma campanha ainda mais forte para tentar atrair empresas que invistam aqui, já que o custo dos lotes é meramente simbólico.

Pelo Regulamento que está em vigor os interessados nem sequer precisam de fazer a aquisição dos lotes uma vez que podem fazer o arrendamento a um cêntimo por metro quadrado/ano.

Se leram também a proposta do ponto número treze da Ordem de Trabalhos, verificam que a Assembleia é chamada a deliberar para que confirme os benefícios fiscais concedidos ao abrigo do Regulamento dos Projetos de Interesse Municipal. Isto significa que a Assembleia não precisa de recomendar porque a Autarquia já tem os instrumentos necessários e está a utilizá-los. O referido ponto treze é prova disso mesmo porque demonstra que há uma empresa instalada no Parque Empresarial que já beneficiou desses benefícios fiscais e precisa que sejam confirmados.

Estratégia para atrair mais empresas existe e hoje é mais uma vez reforçada ao baixar o preço do terreno, para um euro por metro quadrado.

O tempo dirá se foi erro ter deslocalizado o Parque Empresarial do sítio onde estava previsto em 2001 e que era no espaço que vai da Munível em direção a Outeiro Seco. Nessa localização não tinha o Nó de acesso à autoestrada, custeado pela Câmara Municipal, como tem hoje. Foi feito com o esforço da Autarquia quando devia ter sido custeado pela administração central uma vez que a autoestrada é do estado. Hoje, em termos de financiamentos comunitários, as únicas vias que estão a ser



financiadas são os acessos aos parques empresariais; se na altura não tivesse sido feita a cem por cento com o esforço do orçamento municipal, hoje seria financiada.

Na localização prevista em 2001, para além de não ter boas acessibilidades, o custo por metro quadrado seria, com certeza, significativamente mais alto. Na zona onde está hoje instalado, o preço por metro quadrado de terreno, variou entre um euro e meio e três euros. Na outra localização a Câmara não conseguiria adquirir o terreno por menos de cinco euros o metro quadrado e, em termos de execução, tendo em conta os hectares adquiridos, ficaria muito, mas muito dispendioso.

Para além disso tínhamos um problema de impacto ambiental. Em períodos de grandes chuvadas, como a área que vai da Munível a Outeiro Seco seria em grande parte impermeabilizada, iria gerar picos de cheias na Ribeira de Outeiro Seco, com graves consequências para a aldeia e seus habitantes. Uma grande chuvada, na zona do Campo Queimado não tem qualquer problema porque as linhas de água ali existentes têm capacidade de a absorver e de a conduzir para o Rio Tâmega, sem colocar em risco a aldeia nem a população.

Por outro lado, se um dia o Pólo Empresarial tiver de ganhar dimensão, e fizer falta uma área de grande dimensão, naquela localização tem sempre disponibilidade de terrenos.

A Empresa VITROCHAVES, quando o seu capital era detido, maioritariamente, por empresários mexicanos, quis construir uma unidade de produção de vidro no Parque Empresarial de Chaves. Era uma unidade muito grande que necessitava de muitos hectares de terreno. Se o Parque tivesse sido implantado na zona prevista em 2001, não era possível encontrar área suficiente para construir uma unidade que precisava de 50, 60 ou 100 hectares. A zona do Campo queimado tem a vantagem de o terreno não ser muito acidentado, não é reserva agrícola nem reserva ecológica, está servida por uma boa autoestrada e tem uma área muito grande para expansão, caso seja necessária.

Os Senhores deputados do Partido Socialista podem recomendar o que quiserem mas a verdade é que a Câmara trás hoje a esta Assembleia Municipal duas propostas que demonstram que temos estratégia e que estamos muito atentos para criar e fomentar condições para atrair investimento.

O Senhor deputado Manuel Guerra falou num investimento mas não o identificou. A área de urbanismo é liderada pelo Vice-Presidente da Câmara que também não conhece qualquer investimento no valor de um milhão de euros para a zona da Abobeira, que tenha sido rejeitado.

Para fazer uma análise concreta do que se passou, teríamos de conhecer o pedido. Uma das razões porque a Autarquia tem de rejeitar licenciamentos é o respeito pelo Plano Diretor Municipal em vigor. Se os pedidos não cumprirem as regras urbanísticas, violando o PDM, a Câmara não os pode aprovar, por muita vontade que tenha. Aprovar o mais simples ou o maior investimento, contrariando o PDM em vigor e violar as regras urbanísticas para o território municipal, como sabem, é uma das razões que dá perda de mandato.

Não se façam especulações quando alguém disse que quis fazer ou construir e não lhe deixaram porque muitas vezes esse diz que disse, não passa de fantasias. E em período pré-eleitoral as fantasias são extraordinárias.

Na última Assembleia Municipal reportei aqui a situação da FAURECIA. A administração da empresa dirigiu-se à Câmara a pedir um lote de terreno, com determinadas características, para construir um pavilhão. A Autarquia disponibilizou-lhes um lote onde é possível construir um pavilhão com mais de vinte mil metros quadrados. Apresentamos-lhes as condições em vigor, que seriam de quatro euros o metro quadrado, para venda, ou a um cêntimo por metro quadrado/ano, o arrendamento.



Disseram que não queriam comprar nem arrendar porque não queriam construir. Queriam que a Câmara construísse o pavilhão e depois lho arrendasse.

A quinhentos euros por metro quadrado, mesmo sendo uma construção de natureza simples, com treze mil metros quadrados, por exemplo, dá um valor de seis milhões e meio de euros. Nestas condições acredito que não faltariam grupos interessados se a Câmara acedesse a este tipo de pedidos. Esta seria uma condição, absolutamente incompreensível, que não podemos aceitar. Não faz sentido a Câmara construir pavilhões de grande dimensão para arrendamento. Vejamos o que está a acontecer com a empresa “Pastelnor” que já tem uma dívida de rendas superiores a trinta mil euros. Também a empresa “Prazeres da Terra” tinha há pouco tempo uma dívida de onze mil euros, de rendas.

Construir pavilhões para ajudar a criar algum emprego à custa de dinheiro público e coloca-los ao serviço da economia de um privado, não faz sentido.

Por princípio somos todos bons cidadãos, comportamo-nos todos bem, e temos o máximo respeito pelos trabalhadores, mas também sabemos que em contexto empresarial não é assim. A verdade é que os empresários a determinada altura deixam de pagar aos trabalhadores, não pagam as rendas, mas também é verdade que não os vemos à porta da igreja, depois de fecharem as empresas, a pedir esmola para sobreviver.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – Disse ser estranho que o PSD venha dizer que há investimento privado a ser feito, mas na recomendação apresentada à Mesa pelo PS, não se fala em investimento privado.

Nós dissemos que há instrumentos públicos, do domínio empresarial, como o Parque Empresarial, o Mercado Abastecedor, a Plataforma Logística, que são peças importantes naquilo que é a estratégia pública de promoção do desenvolvimento local, que devem ser colocadas ao serviço da respetiva economia. Se isso ajudar a potenciar o investimento privado, como são os hotéis, ótimo.

Temos de entender que estes instrumentos públicos, que custaram muitos milhões de euros ao erário público, neste caso ao município, tem de ser colocados ao serviço da economia local, do emprego, das atividades económicas e não estão. A evidência maior é que, pelos vistos, o empresário do ano afinal revelou-se ser um empresário que faliu.

O que nós propúnhamos não é diminuir ao custo do metro quadrado, por como vimos isso já foi feito no passado e não resultou. O que propusemos foi um estudo estratégico e também operacional que significa olhar para o passado e ver o que correu mal. Se a Autarquia mudou a localização, financiou o Nó de acesso, criou um regulamento, criou condições atrativas para instalar empresas e estas não surgem, alguma coisa correu mal.

Na minha perspetiva, se até agora a estratégia não funcionou, temos de a alterar e não será ficar à espera que os investidores nos batam à porta. Temos de inverter esta nossa lógica e ser pró-ativos demonstrando que temos vantagens competitivas melhores que outros territórios e que temos a capacidade, a vontade e o investimento municipal para que grandes projetos surjam, responsabilizando-os, contratualizando com garantias, para que possam fluir.

Chaves não quis aceder às pretensões da Empresa FAURECIA que o Senhor Presidente mencionou e Bragança cedeu? Fica a dúvida.

A verdade é que uma grande empresa com grande potencial, com capacidade de atração, com a criação de muitos postos de trabalho, decidiu ir para um concelho vizinho.

O que aqui vem é uma recomendação à Câmara no sentido de que estude o problema e encontre uma solução. Se a proposta for rejeitada significa que o que foi feito até agora, neste domínio, está bem e é o caminho certo e nós estamos povoados de empresas, de emprego e de atividade económica.



O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro. Não posso aceitar que esta recomendação faz sentido porque o seu reconhecimento seria assumir que a Câmara não tem feito o que deve ser feito.

Naturalmente que a Câmara tem feito tudo o que deve ser feito. A conjuntura nacional é que não foi a melhor. O investimento feito em obra foi de quinze milhões de euros, nem mais nem menos. Foram cinco milhões para o Parque Empresarial, foram cinco milhões para Plataforma Logística e foram cinco milhões para o Mercado Abastecedor. Investimos mais um milhão e duzentos mil euros no Nó de acesso à autoestrada. Os terrenos foram adquiridos a bom preço.

O Município de Bragança não cedeu instalações novas à empresa FAURECIA. Os administradores da empresa vieram a Chaves, foram a Guimarães e a outras cidades, mas como não conseguiram o que queriam, optaram por ampliar as instalações que já ocupavam em Bragança; já estavam lá instalados.

Certamente que não encontraram nenhuma Câmara que estivesse na disposição de investir seis milhões e meio de euros em instalações para lhe ceder. Não é aceitável que uma Câmara Municipal invista seis milhões e meio de euros, ou mais, de dinheiro público, a favor de uma única empresa privada para que ela ganhe dinheiro.

É tradição que as autarquias criem condições com investimentos em infraestruturas, na disponibilização de terreno, em acessos, etc., mas não é aceitável que se invista dinheiro público na construção de instalações físicas para interesses privados.

É importante que se legisle para facilitar o investimento mas não da forma que hoje está. Uma autarquia se tiver uma obra de valor acima dos cento e cinquenta mil euros, para fazer, tem de abrir concurso público. Uma obra no valor de até meio milhão de euros, por exemplo, poderia ser feita a empresas locais, através de convite e dessa forma fomentar o emprego e o desenvolvimento local mas isso não possível porque a lei não o permite.

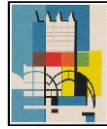
No entanto permite que uma autarquia invista seis milhões e meio de euros a favor de uma empresa privada e isto não faz nenhum sentido. É isso que faz com que se jogue de forma diferenciada com o poder económico de cada município. Os municípios com forte poder económico têm condições para fazer esse tipo de investimentos.

Entendo que não devemos menosprezar as empresas que se encontram instaladas no nosso Parque Empresarial. A “Stellep” é uma boa empresa que cria postos de trabalho, que ajuda a dar aproveitamento à fileira florestal; a “Frutas Bela” é uma empresa local de grande dinâmica regional e internacional. Esta empresa exporta fruta produzida no território português, para países como França. As demais empresas que estão lá instaladas também desenvolvem o seu propósito.

Temos um bom Parque Empresarial e a Autarquia está a fazer todos os esforços para o promover e para atrair empresas. Ao longo dos anos um conjunto muito significativo de empresas foi vindo a Chaves a nosso convite, inclusive a IKEA. A razão apresentada pela IKEA para não se instalar aqui foi de que Chaves não tinha um terminal ferroviário.

Francisco José Teixeira Silva L. Preto do MAI – disse notar-se que já se está em período de campanha pré eleitoral e que as próximas sessões deste Órgão, certamente serão cheias de recomendações.

“Como cidadão independente estou à vontade porque não faço parte de nenhum partido mas nós, Movimento Independente, gostávamos que o Partido Socialista apresentasse soluções concretas, porque o recomendar à Câmara que faça estudos, que crie emprego não é nada. Daqui a dois dias o PS aparece a dizer que na Assembleia Municipal fez esta e aquela recomendação e os cidadãos que estão aqui para resolver problemas, para debater os assuntos da Ordem do Dia e para acharem respostas em concreto, saem daqui sem saber coisa nenhuma.



Entendo que o Partido Socialista tem de cumprir o seu papel mas também sei que daqui até às eleições tudo o que foi feito por quem está no poder, seja ele qual for, foi mal feito e quando foi bem feito, foi porque a oposição, seja ela qual for, ajudou a que fosse bem feito. É sempre assim.

No meu entender devemos gastar o tempo necessário com situações concretas e não perder todo o tempo com recomendações óbvias. Óbvias, como por exemplo «façam-se estudos»”.

Nélson Paulo Gonçalves Montalvão do **PSD** – pediu novamente a palavra para dizer que o Município de Chaves, no passado dia 27 de janeiro, assinou um Protocolo, designado por “**Selo de Qualidade e +**”, precisamente para a qualificação e dinamização do Parque Empresarial de Chaves.

O Parque Empresarial de Chaves foi um dos seis parques eleitos, a nível nacional, para integrar esse projeto-piloto, juntamente com a entidade reguladora dos serviços energéticos, em coordenação com a Direção Geral de Energia e Geologia, com a EDP e com a REN, para além do IAPMEI, Agência de Competitividade e Inovação. Com esta iniciativa a Câmara Municipal de Chaves tem ao seu dispor um rótulo de qualidade que destaca o nosso parque, relativamente a outros parques empresariais existentes, a nível nacional, o que também se considera relevante para promoção da zona empresarial.

Tudo isto comprova que o Executivo está a fazer o percurso contrário àquilo que o Partido Socialista apresenta na recomendação. Significa que está a fazer o caminho porque o caminho faz-se com propostas, com trabalho, com atos e não com retórica.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – referiu a forma de conduzir os trabalhos, por parte do Senhor Presidente da Mesa e em seguida disse que na intervenção que foi feita pelo Senhor deputado Nelson Montalvão não percebeu quantos empregos iam ser criados e qual o volume de investimento.

O **Senhor Presidente da Câmara** pediu a palavra para dizer:

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não me compete a mim estar aqui a fazer a sua defesa porque o Senhor não precisa disso. Mas a sua posição institucional e a sua postura como cidadão, como democrata e a sua história de vida, não permite que o Senhor deputado Nuno Vaz lhe diga que o Senhor Presidente tem de ter lições de democracia.

Oh! Senhor membro desta Assembleia Nuno Vaz devia ter vergonha quando afirma uma coisa dessas.

Nélson Paulo Gonçalves Montalvão do **PSD** – disse que a figura do direito de resposta é precisamente para responder quando uma pessoa é citada porque depois, no meio da discussão, as coisas passam.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro diz que na minha intervenção não percebeu quer o volume de investimento, quer o volume de empregos que iriam ser criados mas nós também não percebemos isso na recomendação apresentada pelo Partido Socialista.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – disse que nunca colocou em causa o percurso nem a história de vida do Senhor Presidente da Mesa.

“O que eu digo é que na condução destes trabalhos toma partido, isso é evidente e, na minha perspetiva, isso é inaceitável. É inaceitável porque o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a partir do momento em que se senta nessa cadeira, não pode ter partidarismos, nem pode conduzir a Assembleia em função da vontade do Senhor Presidente da Câmara. A pessoa é soberana nesta casa e não é o Presidente da Câmara. E sempre que há qualquer questão pede autorização ao Presidente da Câmara para conceder essa intervenção”.

O **Senhor Presidente da Mesa** respondeu ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro que a sua interpretação é uma interpretação subjetiva.



Posta à votação a proposta foi rejeitada com 51 votos contra, 6 abstenções e 14 votos a favor.

Outras intervenções ainda neste Período Antes da Ordem do Dia.

Anselmo José Martins do PS – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se às floreiras colocadas na Rua de Santo António.

“Na última Assembleia chamei a atenção para o posicionamento em que estão colocadas as floreiras na Rua de Santo António e pedi que as mesmas fossem devidamente alinhadas. Decorrido todo este tempo não foram tocadas o que veio a confirmar o desinteresse que o Senhor Presidente da Câmara indiciou nessa altura, pelo alerta que eu fiz.

O Senhor Presidente da Câmara se tem passado na Rua de Santo António? Gosta do posicionamento dos vasos?

Que eu saiba aqueles vasos têm duas funções: um embelezar a rua, e a outra quero crer, que é para evitar que os carros transitem pela zona dos peões. Os vasos estão no meio dos passeios e podem provocar acidentes aos peões.

Ana Maria Rodrigues Coelho do PSD – disse que o tema da sua intervenção é o Turismo no Concelho de Chaves.

O Turismo é um tema frequentemente trazido a esta casa, dada a sua relevância incontornável para a atividade e desenvolvimento económico do concelho de Chaves. Lamentavelmente, nem sempre o tema é abordado no sentido construtivo ou para valorizar aquilo que de positivo tem sido construído e conquistado, optando-se antes por “achincalhar” e fazer alarido com aspetos menos positivos, que naturalmente existem sempre.

Ainda recentemente, a propósito da aprovação do Plano Diretor de Turismo Chaves – Verin, referenciei aqui os dados económicos do setor em 2013. Relembrando estes dados, segundo o INE, em 2013, os estabelecimentos hoteleiros do concelho registaram 54 617 hóspedes e 128 212 dormidas, o que se traduziu em 314,3 dormidas de turistas por cada 100 habitantes, e representou uma receita bruta de cerca de 4,1 milhões de euros para o alojamento turístico.

Os números mais recentes para o setor no Alto Tâmega revelam uma evolução muito positiva destes valores, contrariando os arautos da desgraça que aqui e além, apregoam a desgraça do setor e do território. Senão vejamos:

- Em 2015, Chaves contava com 1672 camas, registando um crescimento de 4,5% em relação a 2013, e contando com 67,4% de toda a capacidade do Alto Tâmega;
- Em 2015, o Alto Tâmega registou 208357 dormidas, crescendo 22,7% em relação a 2014. Chaves foi responsável por 148041 dessas dormidas, ou seja, 71% do total do território.
- Dados recolhidos pelo Município de Chaves junto dos estabelecimentos hoteleiros, relativos ao ano de 2016, revelam um número total de dormidas de 150995, o que traduz um crescimento de 21,6% entre 2014 e 2016;
- Dos 112869 hóspedes recebidos pelo Alto Tâmega em 2015, 81403 alojaram-se em Chaves (72% do total), num crescimento de 18,4% em relação a 2014.

Em resumo, os números do Turismo da região em geral, e do concelho de Chaves em particular, têm crescido de forma consistente nos últimos anos, revelando a atratividade do território e a valorização que os visitantes fazem, dos investimentos públicos e privados que têm vindo a ser feitos no concelho, tornando-o mais atrativo para visitar e re-visitar.

E este investimento teima em não abrandar. Chaves tem neste momento a decorrer investimento em 3 novas unidade hoteleiras e na profunda remodelação de uma outra unidade (Hotel Áquae Flávia), o que revela que os investidores acreditam no potencial e nos recursos do território. Do ponto de vista público, a estratégia de investimento no setor, tem sido coerente e consistente: nos balneários termais, no



Museu das Termas Romanas, no MACNA, no embelezamento do espaço público, na aposta nos produtos locais de qualidade, entre outros, procurando dar a quem nos visita, cada vez mais argumentos para permanecer e voltar.

Perante a realidade, não nos resta mais do que congratular-nos com os resultados alcançados, e ajudar a construir mais e melhor futuro para o setor, no concelho e na região.

Parece-me urgente e de máxima relevância, a definição de uma estratégia e plano de ação para o desenvolvimento turístico integrado do Alto Tâmega. Apesar da preponderância esmagadora de Chaves no turismo do Alto Tâmega, temos tudo a ganhar com um trabalho articulado e integrado com os restantes concelhos, pois isso permitir-nos-á aumentar a estadia média no concelho e no território e aumentar os rendimentos para toda a fileira.

Apesar dos bons resultados, obviamente muito há ainda a fazer. Um destino turístico constrói-se muito com base na identidade do seu território, no orgulho com que os seus cidadãos o apresentam, o representam e o defendem, e nesta matéria muito há ainda a fazer. Volto a deixar aqui algumas singelas sugestões, como:

- Iniciativas de divulgação da história, recursos e cultura de Chaves, junto do público mais jovem, criando assim desde cedo um sentimento de pertença e identidade com o território;
- Divulgação e promoção internas dos recursos turísticos do concelho: castelos, pontes, termas, etc. Se um cidadão não conhece o seu património, como pode promovê-lo junto dos visitantes? Se um flaviense nunca frequentou as suas termas, como pode convidar outros a fazê-lo?
- Formação sobre os recursos turísticos do concelho e da região para as empresas e seus colaboradores;
- Melhoria dos serviços de atendimento turístico do concelho (posto de turismo), nomeadamente em matéria de informação, formação e horários;

Manuel Guerra Afonso do MAI – disse discordar um bocadinho com aquilo que a Senhora deputada Ana Coelho disse na sua intervenção.

Sei que o Senhor Presidente da Câmara, na última Assembleia, não gostou que eu tivesse chamado obras faraónicas ao Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso e ao Museu das Termas Romanas e hoje vou chamar-lhe “joias da coroa”.

“Para quem não conheça Chaves e nos visita, o Museu das Termas Romanas é uma obra degradante de ver. Mais parece que está num Centro Histórico, totalmente degradado. Não existem vidros; tem lá uma malha de sol que está como está, mais uma rede de sombreamento que também é gira, mais uns plásticos pretos, e tem algo inédito que eu não percebo. É que com tanto técnico a acompanhar, projetistas, Câmara Municipal, não conseguiram dar declive à obra. A água encharca por todo o lado, até nos vidros. Não há escoamento.

Já podemos imaginar o que vai acontecer ao pavimento da cobertura. Mais dois ou três anos e lá vai. O povo paga novamente. Também não percebi um pormenor que é o revestimento metálico que está nas laterais. Do lado que conflui com a Rua do Olival, na esquina voltada para a Rua de Santo António, aquele revestimento metálico já está deslocado do muro dois, três, ou quatro centímetros e qualquer dia magoa-se ali alguém.

Atendendo às características do nosso clima, mais dois ou três anos e há infiltração, há congelação e aquilo lá vai dilatando. Não sei se tem a ver com os romanos ou não.

No contexto do turismo, quando há dias me desloquei pela margem direita do rio, no sentido Ponte Romana – Termas, verifiquei que os aspersores ali existentes não estão bem colocados. Não sei se são decorativos, se vão ser usados, se devião ser removidos ou o que estão lá a fazer.



Relativamente à questão dos Bangalós, não deve haver muitos projetos iguais para a localidade da Abobeleira mas vou averiguar e saber qual foi o motivo do indeferimento.

Volto a referir a questão da água em determinados bairros de Valdanta. Na minha rua há casas que continuam sem água. Algumas pessoas moram lá há quinze anos e pagam IMI. Na Rua do Batoco andam a abrir e a fechar torneiras mas o problema tem de ser resolvido com o aumento da pressão. Dê água às pessoas ou então isente-as do pagamento. Retiraram contadores a algumas pessoas por pensarem que não pagavam a água mas não foram ver se tinham caudal e pressão”.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – usou da palavra para falar mais uma vez do Hospital de Chaves.

Para quem anda atento e a obrigação dos políticos é andar atento, houve um grupo de médicos que foi à Assembleia da República expor razões de divergência, pela forma como as coisas estão a ser organizadas, no Centro Hospitalar. Para além disso levantaram acusações de perseguição, por parte do Conselho de Administração.

Em primeiro lugar achei estranho que o Secretário de Estado da Saúde viesse visitar o Hospital ao lado do Conselho de Administração que está sobre a acusação de ter feito perseguições, sem que primeiro tivesse averiguado se efetivamente tinha havido perseguições, ou não. De igual forma achei estranho que o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, que é candidato pelo Partido Socialista à Autarquia, também estivessem na visita e que, nem um nem outro tivessem procurado saber a razão de tais acusações.

Também achei estranho que para a visita, tivessem limpo e encerado o chão da urgência e se tivessem esquecido do resto do Hospital.

Gostaria de saber o que vai acontecer com as obras do Bloco Operatório. Estando prevista essa intervenção como é que fica assegurada urgência médico-cirúrgica no período em que decorrerem as obras?

Será que vai acontecer o mesmo que aconteceu com as linhas do caminho-de-ferro, que fecharam para recuperar e depois nenhuma reabriu. Esta é uma preocupação que deve ser de todos nós.

O Partido Social Democrata apresentou na Assembleia Municipal de Vila Real uma “Moção” em que, entre outras coisas, junta a voz daquele Órgão, às preocupações dos médicos, que lançaram um abaixo-assinado, contestando a forma como se estão a dismantelar as estruturas de Direção Médica.

Deixo estes recados e estas preocupações para que no futuro possamos refletir sobre isso.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas:

O Senhor deputado Anselmo Martins tem razão no que respeita às floreiras da Rua de Santo António. Já reafirmei a ordem para os serviços procederem ao seu alinhamento.

A intervenção da Senhora deputada Ana Coelho deixa-me satisfeito porque se verifica, pelas estatísticas oficiais, que o número de dormidas em Chaves tem vindo a aumentar, sistematicamente.

Isto significa que o nosso Concelho tem atratividade, independentemente de o turismo termal ter vindo a decair, porque o turismo, de maneira geral, aumentou. Hoje o Concelho de Chaves representa mais de 50% do turismo de todo o Alto Tâmega, medido em número de dormidas, e somos, sem qualquer dúvida, o Município com maior número de dormidas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Quando se fala em preocupações com lideranças, Chaves lidera o Turismo de Trás-os-Montes e Alto Douro. Para além disso o setor está em crescimento. E a prová-lo está a construção de novas unidades hoteleiras e a requalificação de outras. Estão em construção dois novos hotéis na cidade de Chaves e está em vias de aprovação a construção de um novo Hotel em Vidago. Estão com obras de requalificação duas



unidades, uma em Vidago e o Hotel Águas Flávia em Chaves, com um grande volume de investimento. Isto é muito significativo para uma cidade que já tem o maior parque hoteleiro de todo o Norte interior de Portugal.

Para mim um emprego é sempre um emprego e não é só o emprego dado por uma unidade industrial que importa. Para ganhar o salário mínimo tanto faz que seja numa unidade fabril como num hotel ou no comércio. Chaves precisa da criação de emprego e neste momento, com os investimentos que estão a ser feitos, está a criar emprego. Os hotéis em construção vão gerar emprego. Goste-se ou não da grande área que está a ser construída na Madalena, ela vai gerar emprego.

Tudo isto é muito importante para Chaves. Há estratégia porque o que estamos a fazer gera atratividade e não são apenas as indústrias que criam emprego. Aliás, na área da economia social, devemos ser um dos concelhos de interior, com mais emprego. Os equipamentos que temos em funcionamento sejam os lares da Santa Casa da Misericórdia, sejam outras IPSS, sejam de privados, Chaves tem um número muito significativo de emprego nessa área.

Naturalmente que Plano Estratégico de Turismo para o Alto Tâmega é uma ideia interessante. Estamos já a tratar do assunto ao nível da Comunidade Intermunicipal.

Ao Senhor deputado Manuel Guerra quero dizer que gostei mesmo do termo “faraónicas” que usou. O que eu disse, nessa altura, foi que só as obras faraónicas se perpetuaram no tempo.

A obra faraónica Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso ainda há de ser o orgulho de todos os flavienses.

É verdade que a obra do Museu das Termas Romanas está a demorar muito tempo mas as razões que levam a que isso aconteça já foram explicadas muitas vezes.

Acredito que numa das reuniões da Câmara Municipal a realizar no próximo mês de março, será deliberada a resolução definitiva, sem esperar pela decisão de financiamento. Se tudo correr bem devemos ter a obra em execução no mês de Junho. Será feita a abertura do concurso para as obras de desumidificação, de musealização e para algumas correções na estética da cobertura.

O projeto de arquitetura do Museu das Termas Romanas foi aprovado pelos técnicos da Autarquia e pelos técnicos da Direção Geral da Cultura do Norte que superintende toda a construção nos centros históricos, e impõe regras.

O Senhor deputado falou nos aspersores e devo dizer-lhe que são dos equipamentos instalados nos jardins da cidade, que são mais vandalizados. Os serviços estão sistematicamente a substituir aspersores e a direcioná-los corretamente para a rega.

Verificámos a questão dos Bungalows. O Senhor Vice-Presidente recebeu duas pessoas que manifestaram intenção de fazer um empreendimento turístico com Bungalows. Depois de consultado o PDM, concluiu-se que não era permitida qualquer construção, no local por eles pretendido. São as regras do PDM e são assim desde Chaves até Faro.

Entendemos que seria um bom investimento económico, mas os investidores terão de encontrar uma solução alternativa.

Sobra a questão da água os serviços da autarquia estão a tratar para resolver a situação. Já lhe expliquei na sessão anterior desta Assembleia, que a rede de água dessa rua que mencionou, foi feita pela Junta de Freguesia numa altura em que havia muito poucas habitações ali construídas. Felizmente Valdanta tem crescido muito em termos de população e as infraestruturas não acompanham de imediato esse crescimento. Chega um momento em que se verifica que é necessário fazer o reforço, e isso só é viável com a substituição da conduta velha por uma nova, com mais capacidade de caudal, para poder abastecer todas as habitações agora existentes. É isso que vai ser feito.

O Senhor deputado Manuel Cunha referiu a visita ao Hospital de Chaves. O dever de um Presidente de Câmara é acompanhar os membros do Governo, quando o



convidam para o efeito. Fui convidado para acompanhar a visita do Senhor Secretário de Estado e se não tivesse ido, certamente estaria aqui a ser acusado de não o ter feito. Também enquanto convidado entendo que não devo fazer declarações que firam quem me convidou.

O que tive a oportunidade de dizer ao Senhor Secretário de Estado e ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, foi em privado e como deve calcular, não vou revelar o teor dessa conversa. Foi nesse contexto que fui acompanhar a visita ao Hospital e irei a outras sempre que algum membro do Governo, ou qualquer pessoa com responsabilidades, me convide. Se não for convidado não vou.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A ata número cinco, referente à sessão ordinária realizada no dia 15 de fevereiro de 2016, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os membros da assembleia.

Posta à votação foi aprovada com 77 votos a favor, 1 abstenção, por não participação na última sessão e zero votos contra.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

Intervenções:

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do **PSD** – referiu-se à situação financeira do Município dizendo que a dívida reportada a 9 de fevereiro, último, é cerca de menos de metade do valor que era vinculado por algumas pessoas.

Neste momento a dívida deixou de ser um assunto e passou a ser um não assunto e felicitamos o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo Municipal por essa situação.

O facto de estarmos em ano de eleições há mais vida para além das eleições e gostaria de pedir ao Senhor Presidente que explique a esta Assembleia a previsão/planificação das obras que serão feitas.

Também gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o ponto da situação sobre os cursos profissionais na Escola Profissional de Chaves e da possibilidade da criação da Escola Superior de Hotelaria e Termalismo, em função da reunião realizada no dia 3 de janeiro passado, no Instituto Politécnico de Bragança.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – iniciou a sua intervenção pedindo que toda a documentação que acompanha a Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal seja enviada atempadamente.

Houve documentos que nos foram enviados ontem às 20,00 horas e não puderam ser lidos por todos os membros da Assembleia com a atenção que merecem.

Relativamente à evolução financeira eu não faço a mesma leitura que o Senhor deputado Nelson Montalvão faz. A atual situação financeira do Município, ainda assim, tem um custo enorme para o orçamento municipal. Os recursos financeiros que o município tem que mobilizar para o serviço da dívida são, na minha perspetiva, desmesurados. Em quatro anos, num orçamento anual de trinta e cinco a trinta e sete milhões de euros foram gastos mais de seis milhões de euros em juros e isto não revela boa gestão.

Analisando os dados percebemos que a diminuição da dívida, não integra o contencioso com as Águas, não integra o valor de três milhões de euros do MARC, não estão refletidos eventuais riscos de expropriações e o resultado poderá ser outro. Provavelmente a capacidade de endividamento que está expressa deixará de existir se o MARC for internalizado.

A melhoria da dívida de curto prazo e de médio e longo prazo deve-se sobretudo a três coisas, nomeadamente: a receitas extraordinárias, ao aumento significativo da venda de bens e serviços – água, saneamento e resíduos sólidos urbanos – e, com



exceção do ano de 2016, ao aumento do IMI. Houve ainda uma melhoria das transferências do FEF.

O Milagre não foi do Senhor Presidente da Câmara. Foi do esforço dos flavienses. Na minha perspetiva a informação que nos foi remetida sobre a evolução dos tarifários de água e saneamento, dizem aquilo que temos vindo a dizer. Que houve um aumento significativo.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – perguntou ao Senhor Presidente da Câmara sobre a visita feita pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde ao Hospital de Chaves.

Já contei cinco visitas do Secretário de Estado ao Centro Hospitalar, o que é estranho. É estranho porque é um Secretário de Estado que, inequivocamente se coloca contra os médicos, para ficar do lado de uma Administração que está em conflito aberto com os médicos.

A propósito desse conflito já houve audições na Comissão de Saúde. Uma primeira dos médicos que se demitiram de adjuntos da Direção Clínica e que enviaram um abaixo-assinado para a Assembleia da República; uma segunda que envolveu o Presidente da ARSN, o Presidente da Ordem dos Enfermeiros do Norte, o Presidente da Ordem dos Médicos do Norte, já Bastonário da Ordem dos Médicos quando foi ouvido, a Presidente do Sindicato dos Médicos do Norte, e não sei se não será ouvido também o Senhor Secretário de Estado da Saúde.

Na minha intervenção sobre este assunto, alertei a Assembleia para a questão de saber se está assegurada a urgência médico-cirúrgica, aquando das obras. Recordo o que então disse e repito, para que fique registado em ata, que o Hospital de Chaves não é de obras que precisa, no Bloco Operatório. Estamos, mais uma vez, a cometer um erro estratégico no nosso Hospital e o tempo irá dizê-lo.

Com tantas vindas do Secretário de Estado, com tantas conversas havidas, algumas das quais com o Senhor Presidente da Câmara, pergunto se durante as obras que são anunciadas ainda para este ano, apesar de serem obras prometidas há seis ou sete anos, está assegurado que, naquele período, a urgência médico-cirúrgica fica a funcionar? Foi levantada essa questão?

Era bom que essa situação ficasse devidamente esclarecido, para o bem de todos.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas:

O Senhor deputado Nelson Montalvão falou da dívida e congratulou-se pela diminuição da mesma, coisa que, naturalmente, todos se congratulam. Estranho seria se sobre este assunto tivéssemos a simpatia da bancada do Partido Socialista e da intervenção do Senhor deputado Nuno Vaz.

Mais uma vez refiro que, independentemente das minhas próprias responsabilidades, como membro dos executivos anteriores, durante doze anos, aqui o que importa é saber qual era o ponto de partido em outubro de 2013 e qual é o ponto da situação hoje.

Os Senhores estão aqui para avaliar este mandato, até porque, se fosse para avaliar sempre a história da Assembleia Municipal e do comportamento do Senhor Presidente da Assembleia, que foi colocado em causa, há episódios que ocorreram em sessões deste Órgão, com outros Presidentes da Assembleia Municipal, que ficaram na memória. E recordo, em particular, um episódio ocorrido numa sessão da Assembleia Municipal que foi realizada em Vidago. Mas a verdade é que não estamos aqui para isso. Não estamos aqui para desenterrar a arqueologia das Assembleias Municipais nem dos mandatos anteriores. Estamos aqui para responder sobre o que fazemos ou não fazemos, neste mandato, e dizer que aquilo que temos feito deixa-me satisfeito.

Se seguirmos a trajetória que temos vindo a seguir até hoje, diminuindo a dívida da forma como o fizemos e, em simultâneo, ter concluído obras e feito outras novas, tão qualificantes como as que fizemos, deixa-nos naturalmente satisfeitos. Goste-se



delas ou não, o investimento está feito e um dia talvez esse investimento seja devidamente valorizado. O futuro dirá. Acabamos o mandato de cabeça erguida, com a certeza de que sabemos o que estamos a fazer.

Obrigado pelo apoio.

O Senhor deputado Nelson pede também a planificação das obras. Mas a verdade é que não consigo dar-lhe essa planificação. Aquilo que posso referir são os planos aprovados e que estão financiados: O PEDU, O PACTO DO ALTO TÂMEGA; só nestes dois estão aprovados vinte e sete milhões de euros. Efetivamente eram apenas vinte e seis milhões mas o Governo publicou uma norma que permite aos municípios que até 31 de dezembro de 2016, tivessem uma obra em execução, com uma realização física e financeira, superior a 15%, majorar o plano em 10%. Como nessa data tínhamos em obra a requalificação da Praça General Silveira, que reunia as condições exigidas, beneficiamos de mais um milhão de euros.

Entretanto foram sendo aprovadas obras no POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Neste programa temos aprovado o financiamento para a ETAR de Vilarinho da Raia, para a de Vila Meã da Raia, a ampliação da rede em Calvão e respetiva ETAR, a ETAR de Sanjurge, a de Bustelo, a de Paradela, a de Mairós e outras, num valor superior a um milhão de euros.

O Plano que o Senhor deputado Nelson Montalvão me pede será apresentado um pouco mais à frente. Estamos a concluir os projetos do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, quer no que respeita a arruamentos, quer em equipamentos. Temos o prazo até ao dia 31 de Maio para formalizar todas as candidaturas. Naturalmente que não podemos executar todas as obras ao mesmo tempo, independentemente de ter o financiamento disponível.

Vamos colocar as obras a concurso ao ritmo que entendermos adequado para não pormos em crise o funcionamento da cidade. A seu tempo esse Plano virá a este Órgão.

O Instituto Politécnico de Bragança tem neste momento 78 alunos em Cursos Técnicos Superiores Profissionais: são 48 alunos no primeiro ano e 30 no segundo, distribuídos pelos cursos de Informática, Energias Renováveis e Instalações Elétricas, Gestão de Vendas e Marketing e Termalismo e Bem-estar. A Escola de Enfermagem tem 420 alunos e no total são cerca de 500 alunos.

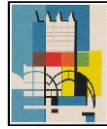
A UTAD foi embora e nós nunca entendemos muito bem porquê. Continuamos hoje sem perceber porque é que saiu de Chaves. A UTAD tinha um único curso que era o de Turismo, e sendo Chaves o território de Trás-os-Montes e Alto Douro, com maior número de turistas, medido pelas dormidas, tendo o maior e o melhor Parque Hoteleiro de toda a Região, é incompreensível que tenha encerrado aqui o Pólo, tanto mais que não tinha custos com rendas das instalações.

Sei que a pressão foi dos professores que não queriam vir dar as aulas a Chaves.

Em reunião do Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães, alertei o Conselho Geral, do qual sou membro, para o seguinte: não tenham os professores que vivem na cidade de Chaves, a mesma atitude em relação à escola de Vidago porque se tiverem a mesma atitude fazem com que um dia ela acabe. Com a quantidade de turmas que tem, se não forem os professores de Chaves a dar aulas para completar horários, a escola encerra. Vamos ser solidários para com o nosso território e vamos manter a escola de Vidago em funcionamento e nalguma área ou noutra, nalgum curso profissional, poder reforça-la.

Sobre a Escola Superior de Hotelaria e Termalismo estou a tentar, junto do Presidente do IPB, para que avance uma vez já tem cá cursos CTESP e a UTAD já não é problema. Isto pode ser o caminho intermédio para poder vir a ter a escola.

A ideia que está a ser desenvolvida ao nível do Eixo Atlântico é que uma possível e futura Escola Superior de Hotelaria e Termalismo seja da Eurocidade e que os cursos sejam ministrados por uma entidade portuguesa, neste caso o Instituto Politécnico de



Bragança e por outra Galega, a Universidade de Vigo ou a Universidade de Santiago de Compostela e que, os cursos aqui ministrados tenham dupla titulação. A validade do diploma seja igual para Portugal e Espanha.

Bruxelas gosta desta ideia e é neste caminho que estamos a trabalhar. Estamos a desenvolver contactos e a trilhar caminho. Esperamos que venham a dar frutos.

Senhor deputado Nuno Vaz, os documentos que acompanharam a Informação sobre a Atividade Municipal e que estão para discussão, foram todos distribuídos dentro do prazo legal. Os documentos enviados ontem, ao fim da tarde, poderão ser úteis para discussão, mas não é obrigatório o seu envio. Não há nenhuma lei que obrigue o Presidente da Câmara a compilar estatísticas, de vários organismos, para vos enviar. Apesar de tudo, enviei essa informação porque pode ser útil mais à frente, na discussão de um ponto da ordem de trabalhos, para podermos comparar valores.

O Senhor deputado disse: «dar a informação assim é falsear a informação». Falsear? Porquê? Meça as palavras Senhor deputado.

O Partido Socialista sente que é o dono da democracia portuguesa e entende que tem o direito de utilizar todo o tipo de linguagem, nomeadamente falsear. Desde quando enviar dados estatísticos e dois estudos, é falsear o que quer que seja? Esses documentos não foram feitos por mim. Eu apenas me limitei a complicar a informação e quando a tive disponível pedi à Mesa que vos fosse enviada. Isso é falsear? Estranho.

O Senhor deputado referiu os recursos financeiros e disse que não revela boa gestão. É claro. Seria de estranhar que, por uma vez que fosse, a oposição reconhecesse o trabalho efetuado e fosse capaz de dar os parabéns a quem o fez.

Anteriormente o PS falava numa dívida de sessenta milhões de euros que hoje já não são; hoje já diz que é menor. Mas vir dizer que a informação não é correta porque falta incluir o MARC não faz sentido. E não faz sentido porque nenhum de nós sabe se o MARC vai ser internalizado na Câmara. Se o Tribunal de Contas não visar o processo, a empresa é liquidada, o credor fica com o crédito e não será internalizada. O empréstimo bancário só pode ser refletido nas contas da Autarquia se o Tribunal de Contas visar o processo. Até então a Câmara Municipal não tem nada a ver com o MARC. O Senhor deputado está sempre a falar nesta questão e eu já a expliquei aqui muitas vezes. Não dá para entender.

O mesmo acontece com as expropriações. Sobre esta questão informo que transitou em julgado, já sem direito a qualquer recurso, uma expropriação que saiu do Tribunal de Chaves com um valor superior a trezentos mil euros e foi resolvido em última instância, por noventa e nove mil. A Câmara tem no Tribunal uma caução superior a trezentos mil euros e com este desfecho vamos receber o excedente e o que até agora é encargo, passar a ser receita.

O Senhor deputado falou também em aumento do IMI. Se analisar bem os documentos vai verificar que em 2016 tivemos uma receita de IMI bem inferior ao que era esperado. Não tivemos aumento do IMI. Tivemos redução.

Falou em aumento excessivo do preço da água e saneamento. Na informação que vos foi enviada, em tempo útil, consta a comparação dos preços praticados em vários concelhos, nomeadamente Boticas, Montalegre, Vila Real etc. O objetivo era Chaves e Vila Real. Os demais são apenas para comparar, em função da dimensão do território e de quem compra ou não compra a água. Em Chaves temos uma característica semelhante com Vila Real – ambos compramos a água à Empresa Águas do Norte. Dos outros dois municípios referidos nenhum compra a água. Tem captações próprias e fazem o tratamento. Apesar disso a nossa água é fornecida ao consumidor a preço bem inferior àquele que Vila Real a fornece.

As disposições legais dizem que as câmaras devem ter lucro com a venda da água, no máximo até 2%, para poder fazer reinvestimento. Não há muito tempo que a Câmara de Chaves tinha um défice anual, com a água e saneamento, a rondar os



dois milhões de euros. Se tivéssemos mantido esse comportamento continuávamos a acumular dívida, ou então ficávamos sem disponibilidade financeira para realizar obras.

Pela leitura dos quadros verificamos que o preço da água em Chaves está ajustado e que em Vila Real, apesar de ter sido bandeira eleitoral do Partido Socialista, nas últimas eleições autárquicas, baixaram o preço da água, mas com muito jeitinho e mesmo assim ainda ficou mais elevado do que o nosso.

No que respeita aos resíduos sólidos, já no decorrer desta sessão, recebi um email da entidade reguladora a dizer que o preço praticado pela RESINORTE, em 2016, foi excessivo. Informa que as câmaras municipais têm um crédito de treze cêntimos por tonelada e fixou os preços que a empresa tem de praticar em 2017. Ainda bem que existe uma Entidade Reguladora para as águas e resíduos porque quando alguém pratica preços excessivos ela atua.

A nossa tabela de água e saneamento tem o parecer da ERSAR e se verificarem no mapa, tem uma correção para os resíduos sólidos. Chaves estava a tributar os resíduos sólidos, aos consumidores em função do consumo de água e por escalões. Agora, independentemente do consumo de água, o valor a pagar é sempre o mesmo. Foi uma recomendação da ERSAR que acolhemos.

O Senhor deputado Manuel Cunha falou sobre o Hospital e a pergunta que colocou é pertinente.

É uma pergunta pertinente que interpreto com duplo sentido. Naturalmente temos que garantir que o serviço de urgência médico-cirúrgica funciona porque se deixar de funcionar na altura das obras, pode não voltar a abrir. Há exemplos que nos levam a crer que isso possa acontecer. Vou fazer chegar essa preocupação quer ao Conselho de Administração quer ao Senhor Secretário de Estado, o mais breve possível.

Desde já agradeço a sua chamada de atenção.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que provavelmente o Senhor Presidente da Câmara não percebeu bem o que disse na intervenção que fez.

Quando afirmei que tinha havido aumento da receita do IMI, disse com exceção do último ano. Mas se quiser comparar a receita do IMI em 2010 ou 2011, com a receita que, ainda assim, obteve em 2016, podemos fazê-lo. Também vai ter um crédito sobre os juros de mora que este governo impôs à administração fiscal e que nenhum outro até agora fez.

Eu também não disse que a água em Chaves era a mais cara da região. O que eu disse foi que o incremento dos tarifários foi significativo. Eu não estou a fazer aqui nenhuma análise comparativa com Boticas, com Montalegre ou com Bragança ou com Vila Real ou com o Porto. Eu disse que os tarifários da água, do nosso concelho, tiveram um incremento significativo; afirmei isso noutras assembleias e reafirmo-o agora. O que na altura dissemos e agora reiteramos foi que desde 2013/2015 houve um incremento significativo da água, na tarifa fixa. Se compararmos 2013 com 2016, na tarifa fixa houve um aumento de 41,53%, no 1º escalão da variável foi de 16,71%, no 2º escalão foi de 8,89%, no 3º foi de 1,79% e no último houve uma diminuição de 4,99%. Nos resíduos sólidos urbanos, de 2013 para 2016, na tarifa fixa, houve um incremento de 41,53%, no 1º escalão da tarifa variável foi de 92,72%, no 2º foi de 4,33%, no 3º houve uma diminuição de 43,49% e no último 69,45%. No saneamento, de 2013 para 2016, tivemos na tarifa fixa um aumento de 41,53%, no 1º escalão da tarifa variável foi de 40,56%, no 2º escalão foi de 30,43%, no 3º foi de 21,87% e no último foi de 3,80%. Na informação que nos remeteu não tem reporte os consumidores não domésticos e gostava que falasse no aumento que houve com os resíduos sólidos urbanos, por exemplo, para as freguesias.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro.



Estamos a fazer aquilo que devemos e que é equilibrar as contas do Município, naturalmente à custa do aumento de tarifas, do aumento do IMI e isso as pessoas não gostam.

Quando falamos em aumento de água, percentualmente, pode parecer um aumento muito grande, porque uma coisa que custa um cêntimo, se passar a custar dois cêntimos tem um aumento grande mas será que isso é assim tão significativo para as pessoas? Isso é que importa saber.

Em 2013 quando assumi as funções de Presidente da Câmara a água custava 0.47,69 cêntimos o m³, do 1º escalão. Nesse mesmo ano de 2013 passou a custar 0.48,07 cêntimos; não chegou a um cêntimo o aumento havido. Em 2015 passou para 0.55,00 cêntimos o m³; teve um aumento de cerca de sete cêntimos. Em 2016 passou para 0.55,66 cêntimos o m³; aumentou 0,66 centésimas do cêntimo. Parece-me que o aumento não é assim tão brutal como o Senhor deputado referiu.

Por outro lado, se a Assembleia entende que a Câmara Municipal deve ter prejuízo significativo, na gestão da água, não é esse o entendimento do governo qualquer que ele seja, não é esse o entendimento da entidade reguladora e não é esse o entendimento de Bruxelas. As Câmaras poderão vir a ser penalizadas por financiar o consumo de água. Houve o aumento que tinha de haver, para ajustar a realidade.

Também é preciso não esquecer o preço a que pagávamos a água à empresa. Em 2013 comprávamos a água à Empresa Águas de Trás-os-Montes a 0.69,24 cêntimos. Em 2014 aumentou para 0.69,79; no início de 2015 passou para 0.70,49 e graças a uma atitude do governo anterior, que foi de grande coesão territorial, ao fundir todas as empresas do Norte de Portugal na empresa Águas do Norte, a água baixou para 0.52,05 cêntimos.

Entretanto o atual governo entendeu que a área metropolitana do Porto não podia ser prejudicada e retirou-a do sistema tendo criado para essa zona dois sistemas multimunicipais próprios para a água e saneamento. É uma medida que não se compreende. Se formos a ver o preço da energia elétrica verificamos que é uniforme em todo o país, no entanto ela fica bem mais barata nos centros produtores. A nossa região é a principal produtora de energia do país, no entanto ela custa tanto ao consumidor de Chaves como ao de Lisboa. Mas daqui a Lisboa há um grande investimento em infraestruturas condutoras e há perda de energia no transporte. Os kw que saem da origem não são os mesmos que chegam a Lisboa. São menos. Se atendêssemos a isso em Lisboa deviam pagar a energia mais cara do que nós. Então porque é que as zonas do interior do país pagam um bem essencial como é a água mais cara do que no litoral?

O Senhor deputado fala constantemente no IMI, que em seu entender é excessivo. A verdade é que a discussão sobre o IMI teve lugar na Assembleia onde foi deliberado aumentar a taxa, por força do Plano de Saneamento Financeiro. Passou do 0,30 para 0,35%. É verdade que a taxa do IMI varia entre 0,30 e 0,50% e em Chaves é cobrado a 0,35%. O governo também aumenta os impostos porque precisa de gerar receita e a lógica a nível nacional é a mesma que a nível local. Não existe outra solução. A forma de gerar receita é através das tarifas e das taxas e, naturalmente, com uma boa gestão que foi isso que nós fizemos, como verificarão no ponto a seguir.

A arrecadação do IMI em 2016 baixou porque houve uma série de regras que introduzimos, nomeadamente a redução para as famílias com filhos, para quem vive no Centro Histórico, para famílias numerosas etc.

PONTO 2 – ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – 2016. INFORMAÇÃO N. 01DGF/2017 – para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para fazer a apreciação desta informação.



Relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro a leitura do mapa da despesa, diz que houve redução da despesa de funcionamento em quatrocentos e noventa e dois mil euros. Nas despesas com pessoal, apesar do aumento salarial havido, tivemos uma redução de cento e sessenta e seis mil euros.

Tivemos mais uma despesa de 45 mil euros com a iluminação pública porque o IVA passou da taxa reduzida para a taxa normal. Os municípios prestam um serviço público ao ter iluminação pública nas localidades do seu território e, como é um serviço público, o IVA era tributado à taxa de 6% mas passou para 23%. A ANMP pediu ao governo para voltar a colocar a taxa em 6%, mas não foi ouvida. Com esta medida o governo financia-se à custa dos Municípios e não faz sentido que o estado se financie à custa de si próprio, neste caso à custa do poder local. Esta medida custou à Câmara Municipal de Chaves, relativamente àquilo que era esperado, em relação ao Plano de Saneamento Financeiro, mais 345 mil euros.

Já imaginaram o que representava, para os cidadãos, se todos os municípios do país decidissem apagar a iluminação pública a partir da meia-noite? Não faz sentido que o governo se financie à custa dos municípios. Dá por um lado e tira pelo outro.

A redução de receita do IMI foi de seiscentos e noventa e sete mil euros em 2016, face ao que era esperado.

É certo que houve aumento de receita da água mas isso também se deve ao aumento de eficiência na cobrança e nas perdas da rede. Não foi apenas pelo aumento das tarifas que a receita aumentou, foi também pelo trabalho que tem vindo a ser feito.

O Senhor deputado perguntou qual foi o aumento dos resíduos sólidos e de saneamento nas freguesias. Não houve qualquer aumento das tarifas nas freguesias. No mandato anterior havia um acordo com algumas freguesias, que foi aprovado pela Assembleia Municipal, que lhe permitia fazer a cobrança das tarifas e arrecadar a receita. Como neste mandato o acordo não existe é a Câmara Municipal que está a fazer essa cobrança.

Acontecia é que algumas juntas não cobravam nada e isso não é justo em relação à equidade que queremos para o território do município.

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que apesar de não lhes ter sido remetido o tarifário do aumento das freguesias ele aconteceu.

O Senhor Presidente disse que houve poupanças e nós congratulamo-nos com as poupanças que aconteceram no que diz respeito à eficiência da prestação de serviços.

Relativamente ao aumento da despesa com energia elétrica há duas coisas que não compreendo. Quem decidiu aumentar o IVA sobre a iluminação pública foi um governo do PSD. Mas mesmo assim, o diferencial de aumento da taxa não dá o valor de 345 mil euros. Esse aumento não é apenas decorrente do aumento do IVA; tem de se descontar aquilo que já se pagava.

No mapa está expresso o aumento da água, do saneamento e do lixo. Em relação à água há um aumento de receita de 646 mil euros.

Relativamente ao aumento do IMI se nos ativermos ao ano de 2016, relativamente a 2015, de facto há um decréscimo na receita, mas se compararmos 2014, com 2016, há um aumento de cerca de 400 mil euros.

O superavit que existe não é por causa da diminuição da receita mas sim por causa do aumento da despesa.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que a Autarquia tem apenas uma tabela de distribuição de água aprovada para todo o concelho.

Para as freguesias não houve nenhum aumento na água, no saneamento e no lixo. O aumento que houve foi que foi aprovado para todo o sistema. Vir aqui particularizar as freguesias não faz sentido.



A receita da água aumentou muito em função da eficiência que foi introduzida quer na cobrança, quer nas perdas da rede.

A gestão da iluminação pública é da responsabilidade da EDP e é evidente que há sempre alguma expansão de rede, mas também é verdade que em 2015 investimos cerca de um milhão de euros em eficiência energética, substituindo as luminárias normais por luminárias LED, que reduzem o consumo.

Quando fizemos o Plano de Saneamento Financeiro, o IVA da energia elétrica era a 6% e hoje é a 23%. A receita/despesa esperada é sempre em relação ao ano de referência. Tivemos um aumento de despesa de 345 mil euros com a iluminação pública.

É verdade que a receita do IMI aumentou mas eu não vou comparar 2016 com 2015 nem com 2014 porque entretanto, neste mandato, foram aprovados regulamentos que interferem com a redução da receita. É o caso do regulamento de redução às famílias com filhos, às famílias numerosas, do regulamento de apoio aos bombeiros, e do regulamento que isenta totalmente as construções nos edifícios do Centro Histórico, durante cinco anos, e a partir daí gradualmente, para incentivar a habitação nessa zona da cidade.

A Assembleia tomou conhecimento deste ponto

PONTO 3 – AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE IMPORTÂNCIA LOCAL. – APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA N.º 2/GAP/2017. – Para apreciação, discussão e votação.

Intervenções:

Anselmo José Martins do PS – disse que reconhecer e aprofundar que o poder local mais próximo do cidadão é aquele que melhor faz e o que é mais escrutinado, merece ser elogiado e o Senhor Presidente da Câmara, através desta proposta que aqui apresenta reconhece e aprofunda esse princípio.

“Também é verdade que este princípio não pode ser seletivo em termos temporais, nem obedecer a um calendário eleitoral. Tem de ser aplicado todos os anos porque sendo as Juntas de Freguesia quem está mais próximo dos cidadãos tem a possibilidade de fazer mais e melhor.

Recomendo que estas transferências, que permitem às freguesias cuidar da qualidade de vida dos seus cidadãos, se façam todos os anos e não obedeçam a um calendário eleitoral”.

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge – José Joaquim Alves de Lima – cumprimentou os presentes e citou o escritor Norman Vincent Peale dizendo “o cobarde nunca tenta, o fracassado fala muito e nunca termina nada, o vencedor nunca desiste”.

“Isto para dizer que é preciso ter coragem e muita ousadia política para não desistir diante dos obstáculos, sem reclamar nem ficar à espera que as coisas melhorem por si só. É preciso ter coragem para tomar decisões, é preciso ter coragem para traçar um rumo e seguir firme nesse rumo traçado, apesar da dor emocional que muitas vezes se sente. É preciso ter coragem para agir e não usar as palavras como refúgio. É de pessoas deste tipo que Portugal precisa e Chaves também. Corajosas, pragmáticas e ativamente atuantes.

Demonstrar com ação, indiferente às maledicências, aos ingratos e aos ressabiados, que estamos determinados a alcançar objetivos. É isso que o PSD quer.

Pensar no bem comum é missão do ser humano e também a minha e a do Senhor Presidente da Câmara. Eu só prometi trabalho e tenho cumprido rigorosamente e diariamente esta promessa.



O Senhor Presidente da Câmara, entre várias, prometeu arrumar a casa e arrumou-a, manteve o rumo, a bem de Chaves.

Obrigado Senhor Presidente.

Arrumada a casa, como inicialmente tinha definido, conquanto nesse período tenha mantido a ajuda às freguesias, no urgente e indispensável, passou ao objetivo seguinte. Melhorar, aumentar a articulação e envolvimento de e com as freguesias, para o desenvolvimento do território. Concretizou essa intenção com transferências financeiras protocoladas e devidamente calendarizadas, quer em 2016, quer em 2017, num total de um milhão e trezentos mil euros. Poderá dizer-se que é pouco e que queríamos mais, é verdade.

O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge também quer as Ruas Inácio Pizarro e Antunes Guerreiro requalificadas e a seu tempo serão feitas.

2017 é ano de eleições mas este argumento só é usado na forma negativa quando estamos na oposição porque quando estamos no poder fazemos exatamente o que os outros fazem.

Com esta proposta que está em discussão, o Senhor Presidente da Câmara demonstrou que descentralizar não é um mito. Também mostrou que este tipo de gestão leva à concretização do útil e do necessário, em detrimento das fantasias e das ilusões. Mostrou que desta forma fica mais barato e se faz mais; que é mais benéfico para as populações.

Esta proposta/ação é louvável e neste caso distinto, pois assenta em critérios que não têm lá incluído a cor política das Juntas de Freguesia. Todas receberam em 2016 e todas vamos receber em 2017 o valor protocolado e todas vamos receber no prazo definido, contando sempre que naquela data o dinheiro estará na conta.

Também por esta diferenciação positiva, muito obrigado Senhor Presidente.

Por tudo isto o Grupo Municipal do PSD vai votar a favor desta proposta”.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo:

Há uns dias, em Coimbra, onde fui assinar o contrato do “Selo e+” que significa fornecimento de melhor energia, com toda a garantia de qualidade, em que o nosso Parque Empresarial foi um dos seis escolhidos a nível do país, estava ao meu lado uma colega Presidente de Câmara que me questionou sobre a realização de obras em Chaves, neste ano eleitoral. Isto porque no seu Concelho a oposição está a criticá-la porque está a fazer obras em ano de eleições. Respondi à colega dizendo-lhe: então por ser ano de eleições não se fazem obras? Ficamos parados?

A verdade é que aqui em Chaves acontece o mesmo.

Senhor deputado Anselmo, então por ser ano de eleições não posso assinar protocolos com as freguesias? É que o Senhor falou em calendário eleitoral e isso parece-me despropositado e explico porquê.

O orçamento para 2014 foi feito no contexto de uma dívida aqui sobejamente discutida, mas, apesar disso, nessa ano e no seguinte – 2015 - pagámos às freguesias o valor de um milhão e quinhentos mil euros relativa à dívida que vinha do mandato anterior e chegámos ao final de 2015 sem qualquer dívida. Em 2016, como as condições financeiras da autarquia já o permitiam, fizemos novos protocolos com as freguesias que foram pagos, na sua totalidade, antes até do prazo programado, situação que nunca antes tinha acontecido, pelo menos nos executivos dos quais fiz parte.

Foi enviado o respetivo calendário com as datas de pagamento dos protocolos, que estão estabelecidos para este ano de 2017, e reforço a recomendação que foi feita pelo Gabinete de Apoio Técnico às Freguesias, para que aprovelem os documentos quer na Junta, quer na Assembleia de Freguesia.

Repito que não se trata de qualquer eleitoralismo mas espero que o Senhor deputado Anselmo Martins, nos meses de novembro/dezembro de 2017, esteja sentado nessa



bancada e me diga: “muito bem Senhor Presidente da Câmara. É o primeiro ano deste novo mandato e traz-nos aqui para votação, uma proposta de valor superior a 670 mil euros para Protocolos a estabelecer com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do nosso Concelho”.

Anselmo José Martins do PS – disse que o Senhor Presidente e Senhores deputados perceberam e viram o que é que enfatizou na sua intervenção.

“O que eu enfatizei na minha intervenção foi, essencialmente, o princípio da transferência de competências e de verbas. Eu não recomendei que não se fizesse. Se o Senhor entendeu que o estava a fazer já é com o Senhor. Mas, curiosamente depois, a sua intervenção já me permite concluir que afinal há calendário eleitoral na transferência de recursos para as freguesias porque o dinheiro que receberam em 2013 e 2014 foi para pagar as obras e cumprir os protocolos de 2013, ano de eleições.

Curiosamente em 2015 e 2016 não houve mais protocolos mas de 2016 para 2017 há protocolos. Afinal há calendário eleitoral. 2013, ano de protocolos; 2014 e 2015 pagamento desses protocolos. 2016, não fez protocolos e em 2017 faz protocolos”.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu ao Senhor deputado Anselmo Martins. No futuro vamos passar a utilizar a seguinte retórica: recomendamos que alguém não faça coisas com fins eleitorais. Isto quer dizer que presumo que o Senhor deputado o está a fazer.

Fui vereador, com todo o orgulho, nos mandatos anteriores, mas não era o Presidente da Câmara. Nesses mandatos empenhei-me em desenvolver as áreas de intervenção que me foram confiadas. Nunca tive a área financeira e como tal não era eu que autorizava os pagamentos das diferentes situações.

A dívida às freguesias transitou e havia valores que vinham de 2013, de 2012 e até de 2011. Em 2014 e 2015 essa dívida foi paga.

No final de 2015 como a Autarquia já não tinha dívidas de curto prazo refletidas na contabilidade, programou e orçamentou a realização de novos protocolos. Em 2016, sob a minha inteira responsabilidade, foi aprovada na Assembleia Municipal de 13 de abril uma proposta para elaboração de protocolos com as Juntas de Freguesia, no valor de 620.212,50 euros, que foram pagos na íntegra antes do final do ano e não era ano de eleições. Não transitou um cêntimo de dívida para 2017.

Para 2017 como o meu mandato terminará em outubro, quero pagar os protocolos antes de terminar o mandato e daí essa calendarização.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 4 - JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO DE 2016/2017. – PROPOSTA Nº 5/GAP/2017. – Para apreciação, discussão e votação;

Não houve intervenções:

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 5 – DOAÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO, SITUADO EM CORTINHA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES, CONCELHO DE CHAVES. PETICIONÁRIA: JUNTA DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES. PROPOSTA Nº 08/GAP/2017 – Para apreciação, discussão e votação;

O **Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

Intervenções.

Anselmo José Martins do PS – disse que por todas as razões vai votar favoravelmente esta proposta.

Fui Presidente da Junta de Freguesia da Madalena e já nessa época aquele era o espaço onde se pretendeu instalar o cemitério da freguesia.



Havia a situação, um pouco caricata de uma freguesia ter o seu cemitério noutra freguesia. Deu-se a junção e o problema desapareceu completamente.

Sempre achei que aquele era um espaço interessante. Na altura chegou a pensar-se no melhor projeto. Havia pessoas que questionavam por o cemitério ser à entrada/saída da cidade mas isso é possível disfarçar com um parque arborizado para não ferir as pessoas mais suscetíveis.

Chegamos, inclusive a colocar em cima da mesa a possibilidade de aquele terreno nos ser oferecido por uma empresa sediada na cidade, projeto esse que acabou por não se concretizar. Ainda bem que agora há a possibilidade desse projeto tão ansiado pelas gentes da Madalena, se concretizar.

Presidente da Junta de Freguesia da Madalena e Samaiões - Luís Dias de Carvalho – cumprimentou os presentes e em seguida disse que o executivo da Junta de Freguesia da Madalena e Samaiões, interpretando os anseios da população, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, a cedência do terreno anexo ao Cemitério de Outeiro Jusão, motivado pelas seguintes razões:

1. O Cemitério de Outeiro Jusão está praticamente lotado, carecendo urgentemente de espaço, a fim de dar resposta às necessidades da população.
2. Por sua vez, desde 1984, ano da criação da Freguesia da Madalena, que a população da Freguesia anseia pela existência de um cemitério, que nunca foi construído por falta de terrenos adequados para o efeito.
3. Com o novo ordenamento do território, que originou a criação da União das Freguesias de Madalena e Samaiões, as circunstâncias alteraram-se e, assim o executivo, interpretando a vontade da população, decidiu iniciar o processo com vista à aquisição do respetivo terreno.
4. É pretensão do atual executivo da Junta levar a eleito a execução de um projeto, cuja primeira fase consistirá em murar o espaço a anexar, ampliar o cemitério existente para a área correspondente ao parque de estacionamento e localizar a nova entrada na direção da antiga estrada que dá acesso a Outeiro Jusão, deixando um pequeno portão de acesso pedonal na entrada atual. Desta forma a entrada atual, junto da Estrada Nacional n.º 2 desaparecerá, já que constitui insegurança para o trânsito automóvel que aí circula, uma vez que esta entrada dá acesso à estrada.
5. Em nome da população da Freguesia que represento, venho publicamente reconhecer a dedicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para resolução desta velha aspiração, ao proceder ao processo de doação que foi aprovado em sessão camarária e que agora é proposta à aprovação da Excelentíssima Assembleia Municipal, da qual esperamos a sua anuência.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que a intervenção do Senhor deputado Anselmo Martins o motivaram a dizer o seguinte:

Afinal este meu mandato faz diferença. Hoje cumpro uma promessa muito antiga que vem do tempo em que eu ainda nem sequer era vereador da Câmara.

O Senhor deputado disse que na altura havia uma empresa que lhe oferecia o terreno mas eu estou a cumprir esta promessa apesar de não ter tido nenhuma empresa que me tivesse oferecido o terreno. Foi a Câmara que o comprou à Cooperativa Agrícola de Chaves, que vivia uma situação financeira muito complicada, e que agora o coloca à disposição da gente da freguesia da Madalena.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 6 – EMPRESA LOCAL “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M.,S.A.”. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA. APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA - PROPOSTA Nº 12/GAP/2017. – Para apreciação, discussão e votação;

O **Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta, dizendo qua a razão da celebração deste Contrato Programa tem, fundamentalmente duas razões.



A primeira razão tem a ver com o aumento do salário mínimo que se vai repercutir na massa salarial, utilizando os anos médios, num valor superior a 110 mil euros.

Os trabalhadores da Empresa Municipal com contrato a prazo recebem, praticamente todos, o salário mínimo nacional.

Por outro lado, com a entrada em funcionamento do Balneário de Vidago, que como todos sabemos vai gerar défice durante alguns anos, também contribui para que seja necessário um Contrato Programa, para o equilíbrio das contas.

Como sabem, a lei determina que as Empresas Municipais não podem ter prejuízo. Quando houver o risco de poder acontecer, a Câmara Municipal tem de cobrir o défice que só é possível através da figura do Contrato Programa. Para 2017 a Empresa prevê a necessidade de um reforço de 60 mil euros.

De referir que em 2004 foram transferidos para a Empresa 325 mil euros; em 2005 - 300 mil; em 2006 - 288 mil; em 2007 - 200 mil; em 2008 - 200 mil; em 2009 - 100 mil; em 2010 - 200 mil; em 2011 - 200 mil; em 2012 - 140 mil; em 2013 - 108 mil; em 2014 - 320 mil; em 2015 e 2016 não houve qualquer transferência.

Este é o rumo que queremos seguir; que a Empresa tenha eficiência. Pelas razões antes apontadas há a necessidade de ter um Contrato Programa de 60 mil euros, que é de valor significativamente inferior aos anos que referi.

Imagino que este assunto levará a uma segunda intervenção minha para prestar esclarecimentos sobre números que entretanto foram colocados em causa.

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que esta proposta é a espécie de uma compensação de equilíbrio das contas desequilibradas que a Empresa GEMC continua a ter.

Quando esta empresa foi criada, o estudo económico-financeiro que na altura foi apresentado, ia no sentido de que era importante e fundamental, para a boa gestão e aproveitamento de um conjunto de atividades prosseguidas pelo Município, fazê-lo através de um instrumento que é uma Empresa Municipal. Nessa altura foi-nos dito que essa era a melhor solução para a sustentabilidade económica e social, sobretudo da gestão das Termas.

A verdade é que esta Empresa Municipal, ao longo dos anos, com exceção de um, tem gerado sempre défices e esta situação deve fazer-nos refletir.

Uma empresa com dez ou quinze anos de laboração, com a promessa que era sustentável, afinal só o é desta forma, porque através de uma atividade direta de um serviço municipal, como era outrora, isso não é possível alcançar. Pelos vistos a sustentabilidade económica ainda hoje não está garantida.

Essa mesma sustentabilidade económica, esse tal diferencial que temos vinda a acompanhar, seria muito mais acentuado se não se fizesse de conta que o estacionamento de superfície tem alguma coisa a ver com a gestão das Termas. Estamos a falar entre cento e cinquenta e cento e setenta mil euros/ano. Se nós quiséssemos avaliar a boa ou má gestão das Termas, teríamos que limpar dessa atividade, aquilo que ajuda a que as contas não sejam tão más.

Se retirarmos da gestão de Empresa de Equipamentos Municipais a receita do estacionamento de superfície, que são mais de 150 mil euros e a receita proveniente das piscinas municipais, certamente estaremos sempre a falar de um diferencial para cima de 200 mil euros/ano.

Depois destes dez ou quinze anos a conclusão que devemos tirar é que a Empresa gerava muito mais proveitos quando era gerida diretamente pelos serviços municipais, do que desta forma.

Logo a seguir à criação da Empresa dizia-se que não havia custos porque o Conselho de Administração não seria remunerado. Se é verdade que os proveitos da



Empresa, no que diz respeito às termas têm diminuído, a despesa com o Conselho de Administração tem aumentado. Alguma coisa aqui vai mal.

No que respeita ao mau desempenho financeiro, esse acumular é evidente. Imaginem que esta Empresa não era uma Empresa Municipal mas sim uma Empresa Privada. Se fosse uma Empresa Privada teria de ter feito um investimento de requalificação nas Termas de Chaves, num espaço de mais ou menos de dez/onze anos, superior a 4.4 milhões de euros. Imaginem o que seriam as contas da Empresa Municipal se lhe fosse imputado também o investimento de 4.4 milhões de euros, que foi feito pelo Município. Se isso tivesse acontecido as contas da Empresa hoje não teriam duzentos mil euros de prejuízo. Teriam muitos milhares e isto é preocupante porque o investimento é feito pela Câmara, a gestão é feita pela Empresa Municipal e no fim ainda é preciso que o orçamento municipal faça sucessivamente, a compensação do diferencial relativamente àquilo que é atividade normal da empresa. Isso com toda a receita que está associada, só para que não seja tão visível que há aqui uma má gestão.

Porque é que este Contrato Programa já vem hoje à Assembleia Municipal? O Senhor Presidente explicou que é por causa do salário mínimo nacional. Pergunto. O salário mínimo nacional é diluído pelos catorze meses do ano? Se é, então porque é que vai ser pago já em março?

Se estamos a falar de uma transferência financeira para equilibrar o orçamento gestor de 2017 é necessário fazer a transferência já no mês de março?

Acredito que é mais pelo facto de as Termas estarem encerradas e não gerarem proveitos nos meses de janeiro e fevereiro e até em março e ser necessário pagar salários.

A fundamentação que está expressa na proposta, relativamente ao incremento da despesa, evidenciada com o salário mínimo nacional, gostávamos que nos fosse facultada a informação sobre a forma como foi calculada e em relação ao universo dos trabalhadores que efetivamente viram o seu salário mínimo aumentado e por esta via, aumentam os custos da Empresa Municipal.

Se há custos sociais nós, Assembleia Municipal, não sabemos em que é que se traduzem. Custos sociais com quem? Para quem? Como se afere quem tem direito e quem não tem? Quem é a entidade que o faz? Com base em que critérios?

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que foram colocadas pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro.

O Conselho de Administração não é remunerado. Dos três membros do Conselho de Administração há apenas um que, para além do salário de carreira, recebe subsídio no valor de 380,00 euros mensais, para despesas de representação, conforme a legislação em vigor determina. Esse membro é a Senhora D. Maria de Fátima Caeiro.

A Senhora D. Maria de Fátima Caeiro entrou para o quadro da Câmara Municipal de Chaves em 1992, através de concurso público e para quem não tem memória, era na altura Presidente da Câmara o Senhor Dr. Alexandre Chaves. Imagino que não houve aqui qualquer amiguismo ou politiquice e por isso pergunto porque é que hoje somos apelidados de que o que se passa na Empresa Municipal é de amiguismo e politiquice?

Perdoe-me Senhor António Manuel dos Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, que o possa citar. O Senhor é funcionário da Empresa Municipal. Em 2002 já era prestador de serviço à Empresa e também fazia parte do executivo da Junta de Freguesia de Calvão, desempenhando as funções de Secretário.

A seguir às eleições de 2001, quando em janeiro de 2002 o PSD tomou conta da gestão da Câmara, o Senhor António Reis manteve-se a fazer o trabalho que sempre fez, com competência. Foi criada a Empresa Municipal e o Senhor António Reis entrou para o seu quadro, e ao mesmo tempo continuou a fazer parte do executivo da



Junta de Freguesia de Calvão, eleito pela lista do Partido Socialista. Ninguém o discriminou pelo facto de ser concorrente contra uma lista do PSD. Pelo contrário.

Há aqui um outro Senhor Presidente da Junta que logo no dia seguinte à tomada de posse das eleições, passava a andar de vassoura na mão a varrer as ruas da cidade, como humilhação. Era funcionário da Câmara e como não alinhava, não colaborava, ia para as ruas com o carrinho e com a vassoura.

Não houve atitudes desta natureza com nenhum funcionário, por parte do executivo PSD.

Ao contrário daquilo que o PS veio dizer nos órgãos de comunicação social, aqui não há amiguismo nem politiquice absolutamente nenhuma, porque se houver apontem-na. Façam como eu. Digam nomes.

Agora não me digam que se os trabalhadores da Empresa Municipal fossem 100% simpatizantes socialistas é que era correto.

Quero acreditar que não foi por amiguismo nem politiquice que foi nomeado um novo Diretor do Instituto de Emprego e Formação Profissional. É uma pessoa que tem uma longa carreira no tratamento do Emprego e da Formação Profissional, permitam-me a ironia, dado que é exatamente o contrário. Nem carrega no IEFP nem experiência no tratamento da Formação Profissional. Aliás, desde que o novo Diretor tomou posse, os formadores têm vindo a ser paulatinamente afastados.

Recordo que estamos aqui a falar de amiguismo e politiquice.

Em conclusão. Quero dizer que nunca devemos julgar os outros por aquilo que pensamos mas sim pela forma como eles agem.

O facto de o Conselho de Administração ser da minha confiança é absolutamente normal. Quando um governo muda, mudam todos os diretores gerais e não é porque os anteriores sejam incompetentes mas sim porque são de cor política diferente da do governo que foi eleito, seja ele qual for. Sempre assim foi e sempre assim será.

É normal o Balneário encerrar nos meses de janeiro e fevereiro para limpeza e manutenção. Isso vem acontecendo há muitos anos. A sua reabertura está prevista para o próximo dia 13 de março.

Havemos de trazer aqui as estatísticas de março e de abril para ver a afluência.

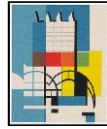
É verdade que o pavimento concebido para esta última requalificação não é o adequado pelo que está a ser corrigido. Certamente que o arquiteto não imaginou que aquele pavimento ia ter um comportamento inadequado, face às características do balneário.

O responsável político é o Presidente da Câmara e está aqui a responder politicamente e a justificar que o pavimento que o arquiteto concebeu para o balneário, não foi o adequado. Certamente esqueceu-se que debaixo do pavimento circula água quente a uma temperatura bastante alta, que danificou o material colocado e, perante um material novo, nem eu nem os técnicos da Autarquia sabíamos que teria o comportamento que teve. Acredito que o próprio arquiteto também não imaginou que isso viesse a acontecer porque senão não o teria colocado no projeto.

Ontem, através da Mesa, enviei-vos um documento mais tarde mas foi à hora que consegui aceder a ele.

Não sei porque é que as estatísticas da Direção Geral de Energia e Geologia são mais fidedignas para o Senhor deputado Nuno Vaz. Também não compreendo porque é que se manipulam os números; umas vezes refere apenas ao termalismo clássico, e noutras menciona o clássico mais saúde e bem-estar. Os números que devemos comparar são os de termalismo clássico.

O bem-estar é um conceito que foi surgindo ao longo do tempo e todos sabemos que nas Termas de Chaves o anterior diretor Clínico, Dr. Mário Carneiro foi sempre contra porque achava que isso era adulterar a finalidade da água.



Quando em 2002 chegámos à Câmara os tratamentos de inalo terapia estavam desativados. Foram feitos novos estudos e pedida nova autorização à Direção Geral de Saúde para abrir esta unidade de tratamentos que são muito procurados.

As Termas do Cró, que a nível nacional são as que mais produtos de bem-estar fornecem - mais de onze mil aquistas/ano - mas como tem a piscina incorporada no Balneário Termal, todos utentes da piscina são considerados contabilisticamente como utentes das termas e tudo isso dá onze mil aquistas. Isto significa que os números referentes à vertente bem-estar não são corretos.

Se olharmos para os dados nacionais, chegamos à conclusão que o termalismo clássico, também designado por cura ou terapêutico, desde 2005 até 2015, decaiu 53% em todo o país. Em Chaves decaiu 32%, e nas Termas de S. Pedro do Sul, que é líder nacional do termalismo clássico, decaiu 45%.

S. Pedro do Sul tinha em 2005, 23.375 utentes e teve em 2015, 12.782. Chaves tinha 5.182 em 2005 e em 2015 teve 3.546 utentes. No termalismo clássico o número de utentes desceu em todas as termas do país. Por isso enviei a todos os membros da Assembleia um documento elaborado pelo grupo Parlamentar do Partido Socialista na AR, em que recomenda ao governo que volte a repor as participações do estado, nos tratamentos termais. Também é bom ver que os dados que o Grupo Parlamentar que o Partido Socialista refere são os que lhe foram fornecidos pela Associação das Termas de Portugal que são semelhantes aos que foram publicados pelo Turismo de Portugal. Os que estão desconformes e com falta de rigor são os da Direção Geral de Energia e Geologia, o que é natural porque este Organismo apenas autoriza a concessão da água. Quem responde perante a Direção Geral é um geólogo que é o Diretor Técnico da concessão da água mineral. O geólogo não está preocupado com o número de tratamentos termais que são feitos e como são feitos. Esse cômputo é feito pela Associação das Termas de Portugal e pelo Turismo de Portugal porque movimenta turismo.

Por isso é que o Partido Socialista, a nível nacional utiliza estes dados e não os que o Senhor deputado Nuno Vaz utilizou. Mas mesmo utilizando esses dados, devia ter tido o cuidado de ler uma alínea (alínea a), que diz: «em 2012, incluiu-se o termalismo clássico e o bem-estar termal», o que significa que a partir desse ano passaram a somar o termalismo clássico e o bem-estar termal. E isso não faz sentido. O que faz sentido é contabilizar o termalismo clássico

O tratamento mais barato que temos nas Termas de Chaves é o duche de agulheta que vem custando cinco euros. Se um de nós for ao Balneário fazer um tratamento de bem-estar e escolher o duche de agulheta, paga cinco euros, mas conta para a estatística como mais um aquista. Mas se formos às termas fazer uma cura terapêutica, esta decorre entre dez e quinze dias, para que o tratamento possa fazer efeito. Era destes números que nós devíamos estar aqui a falar e nessa vertente, infelizmente, todas as termas do país perderam utentes. Como atrás disse, a nível nacional o global de 2005 a 2015, diminuiu 53% e em Chaves 32%. Não estamos satisfeitos por ter perdido menos. Não devíamos ter perdido nada. Pelo contrário. Devíamos ter aumentado, mas esta é a realidade nacional e nós fazemos parte dessa realidade. A nossa situação geográfica, a esse nível, também não nos favorece porque estamos longe do grande centro populacional do país, que é a área metropolitana de Lisboa. S. Pedro do Sul e outras termas ficam mais perto e isso é-lhes favorável. Estamos a trabalhar para fazer mais e melhor e não é dizendo que se gere o Complexo Termal com amiguismo e politiquice que se faz mais e melhor.

A redução global dos utentes, no país, tem duas razões. O fim da participação e o envelhecimento da população. Há medida que foram desaparecendo pessoas as termas não conquistaram novos utentes. É preciso conquistar novos aquistas e para isso apostamos na estratégia do bem-estar. Quando alguém vem às termas pela



primeira vez, para fazer um programa de bem-estar, temos de cativá-lo para que faça o termalismo de cura e para que volte.

Em 2016 tivemos uma redução de 500 aquistas. Não tivemos programas do INATEL, porque o Hotel Aquae Flaviae teve os problemas que todos conhecemos e só aí significa uma redução de duzentos utentes. Também não foi nada agradável Chaves ter sido notícia nacional, por duas vezes, por problemas de legionella e isso, provavelmente, justificará os outros trezentos.

O Hotel está a fazer um investimento de 4.5 milhões de euros na sua requalificação para que volte a cumprir a função importante que teve, na cidade de Chaves, desde a sua construção.

O estudo que vos enviei do Dr. Frederico Teixeira, professor catedrático de medicina, também diz qual é o problema do termalismo clássico e Chaves está na mesma linha desses problemas. E não é um problema de incompetência da Administração. Até hoje não há conhecimento de que alguém do Conselho de Administração tenha contrariado algum tratamento prescrito por qualquer um dos três médicos que trabalham nas termas. Dois desses médicos já são do tempo em que o Senhor Dr. Mário Carneiro era o Diretor Clínico.

As Termas funcionam bem. Geram défice porque também temos mais trabalhadores do que aqueles que precisamos.

Senhor deputado Nuno Vaz não louvo a oportunidade da conferência de Imprensa que o Senhor deu, porque ela vem na sequência de um infeliz comunicado anónimo, feito por umas intituladas “maria”, que não deram a cara.

Como vos demonstrei no início da intervenção, na Câmara Municipal de Chaves não há perseguições políticas. Se alguém tiver alguma crítica a fazer pode fazê-la de cara descoberta e cabeça levantada, porque não será objeto de qualquer represália. E até posso dizer mais. A esposa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvão também trabalha nas Termas e foi das trabalhadoras que teve mais meses de contrato porque a ordem do Conselho de Administração é chamar, em primeiro lugar, os colaboradores mais competentes; mais competente é a pessoa que sabe fazer melhor, faz com mais vontade e é simpática para os utentes. Não basta fazer bem. É preciso fazer com vontade e com simpatia e essa Senhora, na ótica do Conselho de Administração, tem estas características. É competente, trabalha bem e é simpática.

Nesse comunicado anónimo diz-se e passo a citar: «é lamentável que depois de várias tentativas de alerta para o Senhor Presidente do Município, ele tenha lavado as mãos como Pilatos e nos tenha abandonado».

Devo dizer-vos que só foi à Câmara falar comigo uma única funcionária das que tem contrato a prazo, para me pedir que em vez de um contrato de quatro meses lhe fosse feito um de seis meses.

Essa colaboradora não teve um contrato de seis meses porque não fez falta.

Não se chamam pessoas só para ganharem os seis meses, terem direito ao subsídio de desemprego, para estarem a olhar umas para as outras e podermos ficar nas suas boas graças.

Perante este comunicado convidei todas as funcionárias/os ao meu Gabinete para falar comigo. Confrontei-as com isto e disse-lhes que em 2017 não vão ter um contrato de seis meses, todas. Também lhes disse que não vai haver rotatividade. Que primeiro vamos chamar as que tiverem contratos mais longos porque são as mais competentes e há medida que aumentem os utentes é que entram as restantes. Também disse às colaboradoras das termas que fazer anonimato, em democracia, é contribuir para a degradação da democracia e quando a democracia se degrada a história diz-nos que a seguir vem ditadura. Que nunca devem ter medo de dizer o que pensam, de cara descoberta e cabeça levantada porque se tem medo de perseguição política, então quem está à vossa frente não merece estar à vossa frente. Digam sempre a verdade.



Este ano é ano de eleições e não me custava nada dizer-lhes que vão todas ter um contrato de seis meses mas isso significava mais quarenta ou cinquenta mil euros de défice e o dinheiro não é meu. Podia colher dividendos eleitorais com isso, mas comigo sabem que não funciona assim. O que se pretende é competência não é amiguismos nem politiquice.

Como já referi, os dados que eu entendo que são corretos, não são os da Direção Geral de Energia e Geologia, isto porque é preciso comparar sempre o termalismo clássico com o clássico e o bem-estar com o bem-estar.

Para mim, tal como para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista os dados fiéis são os da Associação de Termas de Portugal e do Turismo de Portugal e por isso é que o Grupo Parlamentar do PS os utilizou.

Este comunicado, a conferência de imprensa e toda a politiquice das redes sociais, não contribuem para a melhoria da imagem do Balneário Termal de Chaves. Provavelmente contribuem para degradar a sua imagem. Se em 2017 tivermos mais alguma quebra não venham aqui dizer que o problema é do Conselho de Administração.

O Senhor deputado fez as suas contas para dizer que os números do Conselho de Administração estão errados. Mas desde quando, qualquer conta se faz por médias de receitas? Um termalista que vá fazer um tratamento de duche de agulheta, que pagou cinco euros, entra para a média dos trinta e sete euros? Pode falar nos números referentes à queda dos utentes, utilizando os dados da Associação de Termas de Portugal ou do Turismo de Portugal; compare a queda do termalismo clássico em todo o país e se quiser, também pode comparar o do bem-estar, mas o que realmente interessa é que os balneários termais existem para o termalismo clássico. Como atrás disse, enquanto o Senhor Dr. Mário Carneiro foi Diretor Clínico das Termas de Chaves, não houve bem-estar porque ele não queria. Só houve termalismo clássico.

Entendo que o termalismo de saúde e bem-estar interessa porque da ida esporádica de uma pessoa ao balneário pode cativar-se mais um utente. Não faziam qualquer sentido os investimentos que foram feitos ao longo dos anos no balneário, se nos voltássemos apenas para o termalismo de bem-estar. Na média nacional de 53% no termalismo clássico, Chaves perdeu 32%.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – Disse que o facto do Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, falar de um Presidente de Junta e da mulher é inadmissível.

“Trazer para esta Assembleia questões de um comunicado que não está assinado, que é anónimo, e fazer de conta que isso nos é imputável a nós, fica-lhe muito mal e isso é politiquice.

A nossa resposta em conferência de imprensa foi motivada pela entrevista publicada pelo Presidente do Conselho de Administração, Senhor Vereador Paulo Alves. Eu não partilhei em lado nenhum, qualquer panfleto. Se alguém tem responsabilidades deve apurar essas responsabilidades e determine quem foi, mas o Partido Socialista não tem nada a ver com isso.

O que motivou a nossa intervenção foi: quando o balneário esteve encerrado um ano e meio, nessa altura dissemos duas coisas. Dissemos, em conferência de imprensa, que foi uma obra mal planeada, que o seu arranque foi determinado por razões de política autárquica, das eleições de 2013 e dissemos que isso ia ter consequências, ao nível dos termalistas. Em 2015 o Senhor Presidente veio dizer que, contrariamente ao que algumas pessoas previam, as coisas até correram bem e tivemos seis mil e quinhentos aqistas e nessa altura não distingui aqistas de termalismo de cura terapêutica dos de saúde e bem-estar, porque havia crescimento. Em 2015, tendo como referência o ano de 2013 houve efetivamente um aumento.

Comparando os 11 meses de 2016, em janeiro esteve encerrado, com 2015, percebemos que há perda de aqistas, quer façamos a conta em termos globais,



somando os aquistas de cura com os de bem-estar, quer façamos a separação. Há uma perda de aquistas.

Em 2016, a receita é cerca de quinze mil euros menor que em 2015. Depois do encerramento sugerimos que fosse feita uma campanha, um plano de promoção, no sentido de fazer captação de novos e potenciais clientes. Afinal 2016 não correu bem e essa é responsabilidade do Conselho de Administração que não tem nada a ver com o receituário dos médicos. A missão do Conselho de Administração é implementar um plano estratégico, um plano de negócios, fazer ações e criar instrumentos que visem dirigir os produtos ao seu público-alvo, fazendo com que o número de aquistas possa aumentar. Não é controlar os médicos. É gerir. Mas quem não sabe o que é gestão como pode fazer gestão? Não pode. Quem não tem formação em gestão não pode fazer gestão e estamos a falar de uma área muito específica. Estamos a falar de gestão na área do termalismo. Na minha perspetiva, o que tinha de ser feito era chamar alguém com formação específica nesta área. Se temos um mercado deprimido, se sabemos que há uma descida acentuada do público que frequenta as termas, se sabemos que estivemos um ano e meio fechados, sabendo tudo isso temos de contratar os melhores, fazer o melhor plano de marketing e o melhor plano de promoção para poder ter retorno. Era isso que nós esperávamos que tivesse acontecido e, infelizmente não aconteceu.

2016, depois do investimento de 3.1 milhões de euros é menor que 2015, quer no respeito ao número de aquistas de cura, quer no que respeita ao volume de rendimentos gerados pelas termas.

O Senhor Presidente da Câmara diz que contrata os mais competentes. Como é que isso é aferido? É pelos olhos, é pela altura, é pela cor de cabelo, é pelo cartão? Como é que faz a seleção do pessoal? Há um concurso público de recrutamento nas termas?

Quando o Senhor diz que não fazem perseguição, que não é amiguismo, as pessoas em surdina, por mensagem privada, por conversa de rua dizem exatamente o contrário.

Continuo a dizer que a gestão das termas é feita sem um critério claro. O recrutamento das pessoas é feito pela competência, mas sem nenhum critério que seja auditável.

O Senhor Presidente vai utilizando os argumentos em função daquilo que lhe interessa. Eu também utilizo os que me interessam. Para mim é mais importante e mais relevante falar da Direção Geral de Geologia e Minas, porque estamos a falar de um órgão Oficial, de uma entidade pública. A Associação de Termas de Portugal e o Turismo de Portugal também são entidades públicas. A Associação do Turismo de Portugal é que é uma entidade de direito privado.

Os dados que eu tenho e que vão até 2015, dizem que a frequência das termas, nos últimos dois anos, aumentou e isto porque se soma o termalismo clássico, dito terapêutico ou de cura, com o termalismo de bem-estar. Em Chaves diminuiu. Se quiser comparar só a cura há uma perda acentuada. Esperamos que se consiga inverter essa tendência e a sugestão é: mude de Conselho de Administração, sobretudo quem está lá a tempo inteiro.

Diz que só um elemento recebe trezentos e cinquenta euros de subsídio de representação mas eu olha para a conta das despesas com o Conselho de Administração e vejo lá vinte e cinco mil euros.

Porque a exploração é muito importante, gostaríamos de saber quanto é que os médicos têm de remuneração pelo seu trabalho, no final do ano. Já fizemos essa pergunta e não nos foi respondida.

Na minha perspetiva, se há governo que pode ser elogiado por não ter feito uma mudança cega dos seus dirigentes, foi o Partido Socialista, há exceção de um



serviço, isso não aconteceu. As pessoas devem ser avaliadas pelo que fazem e não pelo que pensam”.

O **Senhor Presidente da Câmara** – respondeu ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro.

Ninguém consegue dizer o nome de alguém que tivesse sido perseguido politicamente. O Senhor deputado pergunta como é que é feito o recrutamento para as termas. O recrutamento é feito com base numa bolsa de recrutamento.

Amiguismo? Se para contrariar a ideia do amiguismo referi uma pessoa que está aqui presente e à qual pedi desculpa, é um ataque soez, como é que eu posso demonstrar que não é amiguismo? Eu dou nomes.

Deem-me nomes para eu confrontar e mais uma vez, em democracia não haja anonimato. O anonimato degrada a democracia e a história repete-se.

Senhor deputado Nuno Vaz compare apenas o termalismo clássico segundo os dados da Associação de Termas de Portugal, que são iguais aos publicados pelo Turismo de Portugal. O Turismo de Portugal que é um organismo oficial que se preocupa com o turismo e naturalmente com as termas. Quando falamos em termas estamos a falar de turismo porque queremos gente nos nossos hotéis, a fazer compras na cidade e a fazer as refeições nos nossos restaurantes. Então se não acreditar nos números que o Turismo de Portugal me fornece vou acreditar nos números de uma entidade que apenas me dá a concessão da exploração da água? A pessoa que responde perante a Direção Geral de Energia e Geologia é um geólogo e ele é que tem os dados corretos? O geólogo só tem de informar se a concessão está a ser bem ou mal explorada.

Em 2013 tivemos 3.435 aquistas em termalismo clássico. Em 2014 as termas estiveram encerradas. Em 2015 tivemos 3.546 aquistas no termalismo clássico. O termalismo clássico subiu. Em 2016 baixou e já expliquei, mas volto a explicar que o INATEL não trouxe os duzentos aquistas habituais, e o facto de ter aparecido legionella no Hotel Aquae Flaviae explica o restante diferencial.

Agradeço-lhe a confiança que depositou em mim quando me pediu para alterar o Conselho de Administração. Naturalmente está a dar-me um conselho para o próximo mandato.

O valor das consultas está regulado em tabela. Os médicos auferem 85% do valor de cada consulta que fazem. Os restantes 15% são para a Empresa.

Relativamente às restantes polémicas afirmo aqui, perante vós, que desejo que o Ministério Público aceite e não archive a queixa que lhe vai ser apresentada por mim.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – usou da palavra em direito de respeito e disse:

“O Senhor Presidente da Câmara, no que respeita à questão dos dados, utiliza os que lhe dão jeito e eu faço o mesmo. Estamos empatados.

Quanto à questão dos números e das fontes nós continuaremos a utilizar as que entendemos e o Senhor Presidente fará o mesmo.

O que nós afirmamos na entrevista pública foi que 2016 foi pior que 2015 e isso é evidente.

Se a questão relativamente à informação do rendimento dos médicos era fácil de dar porque é que não nos respondeu assim, no pedido que fizemos por escrito?

Por último, se o Senhor Presidente da Câmara acha que me vai condicionar com uma queixa-crime, está muito enganado”.

Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues do PS – cumprimentou os presentes e disse que como foi mencionado o serviço onde trabalha, sentiu a necessidade de falar no assunto.

“Terminei o meu mandato no Centro de Emprego e Formação Profissional em 12 de novembro de 2012. Na altura existiam 247 formadores com contrato até 31 de dezembro. Em janeiro de 2013 mantiveram-se 131 formadores; não foram renovados os contratos a 116; havia 6 técnicos do Centro de Conhecimento de Relação de



Competências aos quais não foram renovados os contratos; havia uma técnica do serviço social a quem não foi renovado o contrato. Em dezembro de 2015, quando houve mudanças no Instituto existiam 91 formadores com contrato de prestação de serviços que se mantiveram em 2016.

Em 2013 foi feito um contrato público com 31 professores, por três anos, que terminou em 2016. Houve novo concurso e os 31 contratos foram todos renovados. Não é por termos aqui membros ou Presidentes de Junta do PS ou do PSD, que dão formação no Centro, que são prejudicados por pertencerem à bancada parlamentar ou do PS ou do PSD. Eu não vou dizer o nome das pessoas que aqui estão. Estes são os dados”.

António Pires de Almeida – cumprimentou os presentes e disse que, em sua opinião, foi um fracasso muito grande a gestão que foi sendo feita ao longo de vários anos pelo atual e pelos anteriores executivos do PSD.

Isto porque em termalismo clássico havia seis mil seiscentos e setenta utentes. Hoje constata-se que os termalistas clássicos são pouco mais de três mil e quinhentos e a totalidade de termalistas – clássico e saúde e bem-estar – somam a totalidade dos seis mil que existiam. Isto depois de haver investimentos fortíssimos, de muitos milhões, que tinham como objetivo o aumento de atração da nossa Estância Termal.

A Estância Termal de Chaves foi, durante muitos anos, ganhando relevância no termalismo, até se colocar em segundo lugar a nível nacional, bem distante de S. Pedro do Sul. Quando se esperava que com a modernização, com o investimento feito, essa distância fosse atenuada, constatou-se exatamente o contrário.

Sei que a queda é a nível nacional e isso também prova que as medidas que foram tomadas pelas estâncias termais na sua globalidade, incluindo o termalismo de bem-estar, nos balneários, foi um desastre. Foi um desastre porque no fundo, os utentes, que na altura eram de cerca de cem mil, hoje reduziram-se para oitenta e seis mil e isto constituiu um desastre para todas as estâncias termais.

Os alertas que o Senhor Dr. Mário Carneiro e outras personalidades que entendiam de termalismo faziam, tinham todo o sentido. Eu continuo a dizer que os balneários termais devem ser vocacionados para a cura terapêutica, para o termalismo clássico. O termalismo de saúde e bem-estar devia estar deslocalizado dos balneários. O termalismo clássico recomendado pelas Instituições Internacionais e pela Organização Mundial de Saúde varia entre catorze e vinte e um dias e o termalismo de bem-estar por vezes basta um ou dois banhos para ser considerado de bem-estar. Em meu entender, foi também um desastre termos enveredado pela junção das duas vertentes e é por isso que foi um fracasso esta gestão.

Antes de terminar queria deixar um alerta. Decorreram furos de pesquisa na área de concessão das Termas de Chaves, que podem por em risco a qualidade da água. Atenção porque o nosso atual Diretor Técnico, Professor Martins de Carvalho, geólogo responsável pela estância termal, foi durante muito tempo defensor de que as Caldas de Chaves deveriam ter como vocação essencial, o uso da geotermia para aquecimento. Isto não era o entendimento dos flavienses que conheciam este recurso, aprofundadamente. Espero que esses furos que foram feitos, que me dizem ser apenas de sondagem, não se venham a transformar em exploração geotérmica intensiva e daí vir a ser contaminado o aquífero que naquela zona é importantíssimo para o termalismo terapêutico. Deixo esta alerta porque um dia destes podemos ser todos responsabilizados por terem sido feitos, indevidamente e, através deles, possam surgir contaminações de microrganismos.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que, tal como disse o Senhor deputado Nuno Vaz, cada um utiliza os dados e as fontes que entende.

Eu utilizo a mesmas que utilizou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República quando elaborou esta proposta para o Orçamento de Estado de 2017. No texto que vos foi enviado, como podem comprovar, o PS diz:..



«de acordo com a Associação das Termas de Portugal o termalismo sofreu com a suspensão do reembolso das despesas dos tratamentos». No fim da página, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista diz: ...«para além do impacto sobre a procura de tratamentos termais, no mesmo período registou-se também uma diminuição de 48% do volume de negócios gerado». É lógico que se diminui o número de termalistas, também diminui o volume de negócios. Segundo os dados do PS, o decréscimo foi de 33,68% nos utentes e no volume de negócios foi de 48%. Percentualmente baixou mais o volume de negócios do que o número de aquistas.

Esperamos que o governo atenda a recomendação que lhe foi feita, altere a lei e volte a autorizar a compartição dos tratamentos.

O Senhor deputado Nuno Vaz veio dizer aqui que lhe disseram que eu o ia por em Tribunal, porquê? Com que motivo? As suas declarações são meramente políticas, porque haviam de ser levadas para Tribunal?

A pessoa ou o perfil falso, que será levada a Tribunal, é de um tal Pedro Lopes ou, e também, quem o tendo utilizado, através de delação, o subscreveu. Estou a falar do Facebook onde tudo foi publicado. Depois, as pessoas entenderam ser tão grave que foi rapidamente apagado, quer o Pedro Lopes, quer o delator. Felizmente foi possível ter copiado, em tempo útil. Se o Ministério Público vai abrir o devido processo, ou não já não sei mas eu vou avançar.

Maria Manuela Pereira Tender do PSD - cumprimentou os presentes e disse que o Senhor Presidente deu os esclarecimentos necessários sobre esta questão.

Gostaria de deixar um apelo relativamente a esta matéria.

Esta discussão é necessária se for feita nos termos certos, de forma sensata, comedida, pensando sempre no interesse do concelho. Não podemos esquecer que o termalismo tem um impacto económico e turístico muitíssimo relevante, no Concelho de Chaves.

Quando existem dúvidas elas devem ser discutidas todas neste Fórum. Este é o lugar certo para levantar as dúvidas e para solicitar os esclarecimentos, para pedir documentos, para pedir números, para pedir dados. Os Senhores Vereadores da oposição têm também essa possibilidade na Câmara Municipal e certamente também o farão. Também qualquer cidadão que tiver dúvidas deve solicitar todos os documentos para esclarecimentos. Isto é o normal num regime democrático e, sem colocar em questão a importância da transparência, do devido esclarecimento, da monitorização, do acompanhamento, da fiscalização que este Órgão tem obrigação de fazer, relativamente à atividade do executivo municipal, sem colocar nunca isso em questão.

O apelo que aqui deixo é que não se faça aproveitamento político com as Termas de Chaves porque isso pode ter um impacto muitíssimo negativo para o nosso concelho, a vários níveis. Na política temos de pensar sempre, sempre em primeiro lugar no Concelho para defender os interesses dos nossos cidadãos. É para isso que aqui estamos e nenhum dos Grupos Municipais quer, naturalmente, prejuízo dos seus concidadãos. Estou certa de que todos os esclarecimentos que aqui foram dados, recorrendo a números de fontes oficiais, foram esclarecedores. Se houver necessidade de mais documentos e mais esclarecimentos, sejam solicitados de forma serena para evitar que se generalize uma discussão estéril, que não conduz a mais nada que não seja a degradação da imagem das Termas de Chaves e isso não serve os interesses de ninguém e muito menos serve os interesses dos deputados municipais que estamos aqui para defender os cidadãos de Chaves.

O Grupo Municipal do PSD de Chaves, naturalmente, vai votar favoravelmente esta proposta.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – usou novamente da palavra para agradecer as palavras da Senhora deputada Manuel Tender que pretenderam ser pedagógicas mas que



devem ser levadas para dentro do próprio partido, a nível nacional e se faça o mesmo que a Senhora disse que devíamos fazer aqui.

“Deve dizer exatamente isso ao seu Secretário-geral e que faça toda a discussão no Parlamento e não na comunicação social. Nós faremos o mesmo porque entendemos que os partidos devem fazer a política neste espaço; discutir as questões com toda a frontalidade, com toda a abertura. Às vezes com excessos, é verdade, mas isso não pode quantar aquilo que é a política que os mesmos podem fazer noutros espaços, e que é feita, até por V. Exa que utiliza muito o Facebook”.

Manuel Guerra Afonso do MAI – disse entender que é pertinente e tal como disse a Senhora deputada da Nação é aqui, na casa da democracia, que deve ser feito.

O Senhor Presidente da Câmara não respondeu ao Senhor deputado António Almeida, certamente por esquecimento, relativamente à questão dos furos que foram feitos.

“Esta questão para mim é pertinente e gostava de saber sobre os dados que saíram aquando da prospeção que foi efetuada. Também tenho muitas dúvidas sobre a matéria. No passado, quem conheceu aquele espaço, sabe que foi um espaço onde existiram oficinas, durante muitos anos, que manuseavam gasóleo, óleos de automóveis e as regras ambientais nessa época não eram rígidas como são hoje. Não tenho dúvidas nenhuma que a poucos metros de profundidade poderá haver algo indesejável e que um dia possa ocorrer um problema no furo A ou no furo B”.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu à questão colocada pelo Senhor deputado Manuel Guerra.

Em Chaves há muitos especialistas em geologia, incluindo na Câmara Municipal. Eu não sou especialista nessa área mas tenho um irmão que durante muitos anos foi o Diretor Técnico da exploração da água mineral nas Termas de Chaves. Quando deixou estas funções indicou o Senhor Dr. Martins de Carvalho, Professor Catedrático, com quem o meu irmão trabalhou durante muitos anos.

O Professor Martins de Carvalho não colocou qualquer tipo de reserva mas o relatório final ainda não está elaborado. Um furo para ser aprovado, para exploração termal, tem de passar anos de análises e demonstrar que a água tem qualidade. Ainda não decorreu o tempo suficiente mas a água tem qualidade igual aos outros furos. É apenas um pouco mais quente por que vem de maior profundidade.

Sobre os furos que foram feitos agora, O Professor Martins de Carvalho teve de dar parecer favorável, à execução de furos, às sondagens geotécnicas para o projeto da nova piscina municipal. A nova piscina municipal vai ter uma solução estrutural de engenharia, provavelmente assente em estacaria e os engenheiros civis querem saber como é a formação do solo para poderem executar o projeto de estabilidade do edifício.

O Diretor Técnico quis aproveitar a oportunidade da presença da máquina em Chaves para fazer mais alguns furos e, dessa forma, poder avaliar melhor o lençol da água termal. Diz que se amanhã for necessário, esses furos podem ter aproveitamento para geotermia porque o comportamento do caudal, com todos os furos a trabalhar, em simultâneo, não tem significado.

Quando foi feito o Furo AC3 não houve qualquer aparecimento de água com óleos e não havendo na altura em que foi feito, agora não constitui qualquer preocupação. O furo é encamisado para que os níveis freáticos superiores, que são de água normal, não se possam misturar com os inferiores. Este furo, dadas as suas características de água quente e mineral corrosiva, foi duplamente encamisado. À partida não estamos a correr qualquer tipo de risco. Quando o relatório final estiver concluído e aprovado pelo Direção Geral de Energia e Geologia, se for do interesse desta Assembleia conhecê-lo, será aqui trazido

Posta à votação a proposta foi aprovada com 47 votos a favor 14 abstenções (12 PS e 2 MAI) e zero votos contra.



PONTO 7 - REVISÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES. CRIAÇÃO DE 3 UNIDADES FLEXÍVEIS DE 2º GRAU. EXTINÇÃO DE 2 DUAS UNIDADES FLEXÍVEIS DE 3º GRAU; BASE LEGAL – DECRETO - LEI Nº 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO E LEI Nº 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 42/2016, DE 28 DE DEZEMBRO. PROPOSTA Nº 13/GAP/2017. – Para apreciação, discussão e votação;

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta.

O Governo, através da Lei do Orçamento para 2017, descongelou um número de possibilidades de Chefias de Divisão, hoje chamadas Unidades Flexíveis de 2º ou de 3º grau. Com a legislação anterior as câmaras municipais só podiam ter na sua estrutura orgânica um determinado número de Chefes de Unidades Flexíveis de 1º Grau, o mesmo para o 2º e para o 3º grau.

Manteve o travão até à Unidade Flexível de 1º grau e deu total liberdade aos municípios para criar Unidades Flexíveis de 2º e 3º grau. A Câmara de Chaves estava no limite das Unidades Flexíveis de 2º grau e por essa razão tínhamos duas de 3º grau.

Com esta flexibilidade não é justo que as duas Unidades de 3º grau não passem a 2º grau porque não são de menor importância em relação às outras. Por isso propomos que as duas Unidades Flexíveis de 3º grau sejam extintas e passem a 2º grau. Por outro lado, temos uma de 2º grau, que tem uma panóplia de competências muito alargada, desde projetos ao trânsito à revisão do Plano Diretor Municipal, à gestão urbanística e ao estacionamento e propomos que seja desdobrada em duas. Fica na mesma a Divisão de Gestão e Ordenamento do Território e é criada a Divisão de Projetos e Mobilidade.

Fui questionado sobre o porquê de não mexer na estrutura orgânica de uma forma mais global; adaptá-la aos novos tempos às novas preocupações, às novas responsabilidades. Respondi que estamos em fim de mandato e não fazia sentido estar a programar a orgânica da Câmara para o próximo mandato. Fará sentido fazê-lo depois das eleições, ganhe quem ganhar e se for eu, vou fazê-lo.

Da quantidade de competências que o governo está a negociar com as Câmaras Municipais e cujo projeto-lei está em vias de aprovação, haverá algumas que certamente nos irão obrigar a ter, por exemplo, uma Divisão de Educação. Passar a gestão das escolas do Concelho, mais as cantinas, mais a ação social escolar, é dimensão suficiente para que a Câmara tenha uma única Divisão preocupada com a Educação.

Intervenções:

António Jorge Pinto de Barros do PS – cumprimentou os presentes e disse que estamos falar de organização dos serviços camarários.

Temos aqui uma alteração cirúrgica que o Senhor Presidente da Câmara propõe, porque me parece que tem de ser alterada e isto porque temos uma estrutura adotada que é hierárquica. Um sistema hierárquico de gestão dos serviços que assenta numa unidade nuclear que é o Departamento de Administração Geral, que tem um Diretor Geral. Poderia ter dois diretores, poderia ter duas unidades, mas não tem. Abaixo dessa unidade temos as Unidades Flexíveis que neste momento vão passar a ser onze.

Estas organizações têm como objeto a prestação de serviços aos munícipes, a eficácia da prestação desses serviços, a rapidez com que as decisões requeridas pelos cidadãos são tomadas, a proximidade que os serviços têm dos cidadãos.

Tenho a convicção, por aquilo que ouço e mesmo por experiência, em termos da minha atividade profissional, que os cidadãos de uma forma geral, olham para os serviços prestados pela Câmara, como serviços prestados tardiamente, com decisões que não são rápidas. E muitas vezes, uma decisão que não é rápida não é justa, ou



pelo menos não vai ao encontro dos interesses dos cidadãos, que é o que se pretende.

Não creio que o alargamento destas unidades flexíveis vá alterar isso. Nós podemos ter mais unidades flexíveis com competências mais especializadas e agora temos um novo serviço que são os transportes públicos. O alargamento dessas unidades flexíveis vai entroncar-se sempre no mesmo ponto que é um único departamento, com um único diretor, que tem de despachar tudo dessas unidades. É muito difícil alguém ter um conhecimento genérico de todas estas áreas, com especificidades muito grandes, que lhe permita despachar com rapidez. Não estou a por aqui em causa competências técnicas.

O Decreto-lei 305/2009, que se aplica aqui, não prevê apenas este sistema. Prevê outros sistemas, como por exemplo o sistema matricial, que eu não conhecia, mas que tive muito prazer em ler. O sistema matricial é muito mais interessante. Nesse sistema em vez destas unidades flexíveis, temos os núcleos de competências, que têm equipas multidisciplinares e que já não precisam de ir aos diretores, nem aos departamentos. É muito mais rápido. Temos equipas especializadas em todos os pontos, de rápida e eficaz decisão, que permite ao cidadão gostar de ir à Câmara.

Acredito que em ano de eleições não seria a altura ideal para fazer estas alterações, mas poderia pensar em não fazê-las, ou então em momento anterior ter abrangido, uma alteração da estrutura da Autarquia, condizente com os tempos atuais.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas.

Os despachos dos responsáveis pelas Unidades Flexíveis de 2º e 3º grau, não vão todos a despacho do responsável pela Unidade Flexível de 1º grau. Só vão todos aqueles que têm de ir à reunião de Câmara. Há outros que não vão.

Por exemplo na área de urbanismo, os despachos do Chefe de Divisão, vão diretamente ao Senhor Vereador a quem a área está confiada. Há assuntos que depois vão à reunião de câmara e esses passam pelo Diretor de Departamento; os demais são despachados pelo Vereador para evitar perda de tempo. O facto de haver um único departamento não é travão porque uma boa parte das situações são resolvidas diretamente através do Presidente da Câmara e não passa pelo Diretor do Departamento.

Onde está concentrado o maior volume de trabalho é na Unidade Flexível de Gestão e Ordenamento do Território. Esta unidade tem de acompanhar todos os projetos que estão em elaboração para o PEDU, para o Pacto do Alto Tâmega, para o POSEUR, para o PROVER etc. em que os projetos têm de ficar todos prontos no corrente ano. Tem ainda o estacionamento, o trânsito e os transportes públicos e entendemos separar essa Unidade em duas. Numa fica o Ordenamento e Gestão Urbanística e na outra ficam as áreas restantes, precisamente para que os despachos e a atenção sejam mais céleres.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 49 votos a favor 10 abstenções (7 do PS, 1 do CDS, 1 CDU e 1 MAI) e zero votos contra.

PONTO 8 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PREÇO DO M2 DOS LOTES DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES. INCENTIVO À FIXAÇÃO DE EMPRESAS. PROPOSTA Nº 16/GAP/2017. - Para apreciação, discussão e votação ;

O **Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que este assunto já acabou por ser discutido no Período Antes da Ordem do Dia.

O objetivo desta proposta é tornar o nosso Parque Empresarial mais competitivo em termos de atratividade, diminuindo ainda mais o valor do metro quadrado de terreno. Ao longo do tempo, empresas que nos contactaram diziam que noutros concelhos o valor do metro quadrado é inferior.

Para que não seja problema para a fixação das empresas em Chaves, descemos o preço do metro quadrado para um euro. Com esta descida vamos ter de colocar



novamente os lotes à venda em hasta pública e será uma oportunidade para fazer uma boa campanha de promoção do nosso Parque Empresarial.

Intervenções:

Manuel Guerra Afonso do MAI – disse que, independentemente do preço, o Parque está mais ou menos como a cidade.

“No meu entender temos uma cidade suja que, a nível de quem nos visita, deixa muito a desejar. O aspeto menos bom do Parque Empresarial e eu não sei quem é o responsável, mas se houver lá danos causados a pessoas e a automóveis, porque, como o Senhor Presidente deve saber não há tampas, estão lá pneus e na primavera temos mato e isto não é atrativo para quem queira fazer negócio”.

Brigite Raquel Bazenga V. T. Gonçalves do PS – cumprimentou os presentes e disse que relativamente ao Parque Empresarial, há que refletir. Que, passados mais de dez anos, desde a sua constituição, parece que o Executivo reconhece o fracasso, o insucesso, nesta área tão crucial de atividade económica. Sem indústria não há desenvolvimento.

É o documento que serve de base a esta proposta em discussão que refere que, pese embora algumas medidas que foram sendo adotadas, inclusivamente a descida do preço do metro quadrado do lote de terreno, em que a última foi aprovada em 2014, não obstante tais medidas, apenas dois lotes foram alienados em três anos. Refere também que a estratégia não conquistou o sucesso desejado. Que os preços ainda não são competitivos e folgamos que seja pela pena do próprio município que se reconhece que, ainda que se tenha feito alguma coisa, o que se fez não correu bem. Os resultados não foram os esperados.

Não obstante tal reconhecimento parece-nos que o que agora é proposto, como solução, continua a ser curto, modesto e pouco ambicioso. Não vai ser pela oposição do PS que o que agora se propõe não seguirá por diante, porque aprovaremos esta proposta. Não podemos deixar de reafirmar e lembrar, quer aos cidadãos mais politizados, quer aos independentes coisas concretas que ao longo dos anos o Partido Socialista tem dito, relativamente ao setor industrial.

Aquilo que se tem dito e o que se exige, e que é feito em muito lugar do país, em cidades de dimensão semelhante à nossa é que a Autarquia tem de ser amiga do investimento. Tem de ser facilitadora do investimento; tem de captar e fixar população jovem e se possível, população jovem qualificada. A Autarquia tem de ser presença dinâmica não só nas feiras e mostras de turismo, mas também nas feiras e mostras industriais. A Autarquia tem de promover encontros com empresário e investidores e publicitar esses encontros. Deve atrair também a diáspora de Chaves, com capacidade empreendedora. Chama-se a isso, diplomacia municipal, marketing autárquico.

A Autarquia deve promover a criação de uma incubadora na área Startups. Deve implementar um simplex administrativo facilitador e agilizador. A Autarquia tem de ter um plano global de marketing e comunicação, para a área industrial porque nós podemos ter várias Flavifomentos, várias divisões, vários GPI's a quererem trabalhar nesta área mas se não trabalham com um plano estratégico e de forma concertada, andam a perder tempo. A Autarquia tem de apostar na inovação tecnológica, tem de criar centros de competência, tem de desenvolver diplomacia industrial, tem de constituir parcerias estratégicas e, na ausência de ideias, perguntem a Tomar, ao Fundão, a Viana do Castelo, a Bragança, a Vila Real como se faz. Falo nestas cidades, que são cidades médias, de dimensão relativamente próxima da nossa, muitas delas de interior e tem coisas como estas: Tomar – a IBM; o Fundão – AUTRAN; Bragança – a FAURECIA; Vila Real – a KATHREIN.

Portugal está na linha da frente na criação de um contexto favorável à chamada indústria 4.0. O Governo apresentou recentemente um programa ligado a estes sistemas de inovação. Sem prejuízo deste programa recente, também a política dos



Clusters tem franca implementação em Portugal, há mais de, pelo menos, oito anos. Nós, Partido Socialista, consideramos que Chaves tem as condições endógenas e geográficas para estar na linha da frente, da chamada 4ª revolução industrial. Oxalá não continue na derradeira linha das condições políticas para que essa revolução se verifique no nosso território.

O Senhor Presidente da Mesa chamou a atenção para a presença na sala dos membros da Assembleia. Disse que no caso de faltar quórum será feita a chamada.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

Ao Senhor deputado Manuel Guerra quero dizer-lhe que continuo a manter a determinação que sempre tive e no cargo que ocupo tenho mais determinação do que nunca.

Quem fez o sacrifício de, no espaço de apenas dois anos e meio, fazer uma regularização financeira como esta que foi feita, vai ter agora a alegria, a vontade e uma determinação de fazer um excelente mandato, sem ter esse garrote da preocupação financeira, e poder projetar, em termos de desenvolvimento, o nosso concelho.

Se alguma pergunta por vezes fica por esclarecer, normalmente é porque não consigo anotar tudo com o ritmo que são colocadas. Não é para fugir a nada. Todos os membros da Assembleia podem dirigir-me as perguntas que entenderem através da Mesa. Responderei a todas.

O Senhor deputado começou por falar na cidade suja. Mas o que nós estamos aqui a discutir não é isso. Estamos a discutir a alienação dos lotes do Parque Empresarial, a um euro por metro quadrado.

Quanto à cidade suja que o Senhor diz, nem eu nem as pessoas que nos visitam sentem a cidade suja.

Tem razão quanto às tampas do Parque Empresarial. São constantemente roubadas. Repõem-se mas logo a seguir voltam a ser roubadas e não conseguimos controlar isso. Acontece o mesmo em urbanizações onde a presença urbana é menor. São os tempos que correm. Penso que os construtores e os projetistas terão de inventar um sistema novo que não seja valorizado.

Senhora deputada Brigitte, o Município de Lisboa é aquele que tem maior PIB, per capita no País e não me consta que seja à custa da atividade industrial. Dizer que um município só sobrevive se tiver indústria, não é verdade. A atividade industrial em Lisboa é muito reduzida. Isso significa que o emprego que se cria nos serviços e no comércio é tão bom como aquele que se cria através da indústria.

Referiu quatro municípios que têm empresas de referência. Chaves tem a VITROCHAVES que é uma empresa que nos orgulha; que tem uma faturação anual de milhões de euros. É uma das empresas fabricantes de vidro laminado mais relevantes da Península Ibérica e está nos mercados europeu, africano, asiático, latino-americano e Estados Unidos. Temos outras empresas que estão instaladas em Chaves há muitos anos como a CARINA, a SOLARA, que faturam bem e desempenham um papel importante no Concelho.

Posta à votação a proposta foi aprovada unanimidade.

PONTO 9 – CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DESTINADO À CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM “PARQUE DESPORTIVO”, EM FORTES – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 17/GAP/2017. Para apreciação, discussão e votação;

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta dizendo que este assunto já veio à Assembleia Municipal.



A proposta é semelhante à anterior com uma pequena alteração. A área a constituir direito de superfície é ligeiramente maior já que implica um parque de estacionamento e um arruamento, que a anterior não contemplava. Também as regras a cumprir pelos concorrentes, nomeadamente as cauções, desceram um pouco. Não oneram tanto.

O objetivo e a finalidade são os mesmos que é podermos ter um Parque Desportivo Privado, para complementar o Parque Público que temos. Os fundamentos são idênticos aos da proposta anterior.

Intervenções:

Anselmo José Martins do PS – perguntou se caso o terreno deixar de servir o objeto, se reverte de imediato para o Município?

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que sim. Também reverte se ficar inativo.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 49 votos a favor 1 abstenções (do MAI) e zero votos contra.

PONTO 10 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 11/DSC/2017. Para apreciação, discussão e votação;

Intervenções:

António Pires de Almeida do PS - perguntou se na secção II - dos deveres e proibição - o artigo 37º, al. b), diz que não é permitida a venda ambulante nos locais situados a menos de 250 m de periferia do Mercado Municipal. Isto fazia todo o sentido mas com a atual situação do Desportivo de Chaves, verifica-se que existem muitos vendedores ambulantes de bandeiras, cascóis, cachorros quentes, etc.

Como é que se enquadram estes vendedores ambulantes? Proíbem-se ou viola-se o regulamento? Foi ponderada a atual situação ou foi transcrito o que estava no Regulamento anterior?

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu à questão colocada pelo Senhor deputado Almeida.

O objetivo aqui é que os 250 m sejam contabilizados a sul e não a norte do Mercado Municipal. A norte há a feira semanal.

Quando há jogos do Grupo Desportivo de Chaves, o espaço também é utilizado por vendedores ambulantes. Esta é uma circunstância muito específica de Chaves.

O ponto quatro do projeto de regulamento diz que a Câmara Municipal poderá, a título excecional, e em períodos marcadamente festivos, «autorizar a venda ambulante de produtos e mercadorias em algumas ou em todas as artérias referidas no artigo anterior, bem como em algumas ou em todas as zonas de proteção referidas, no número anterior».

Num jogo do Desportivo de Chaves, essa atividade não vai colidir com o funcionamento do Mercado Municipal, até porque nos dias em que há jogos, de uma maneira geral o Mercado está fechado e a Câmara usa esta exceção para emitir essas licenças.

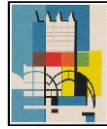
Posta à votação a proposta foi aprovada unanimidade.

PONTO 11 – PROJETO DE REGULAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 12/DSC/2017. Para apreciação, discussão e votação;

O **Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que

Não houve Intervenções:

Posta à votação a proposta foi aprovada unanimidade.



PONTO 12 – GEMINAÇÃO ENTRE AS CIDADES DE CHAVES A ANGOULÊME (FRANÇA). - PROPOSTA Nº 18/GAP/2017. Para apreciação, discussão e votação;

Intervenções:

Márcia Cristina de Jesus Teixeira do PSD – disse que é da competência da Assembleia Municipal autorizar a geminação do Município de Chaves, com outros Municípios ou entidades equiparadas de outros países, como refere a al. t) do nº 1 do art.º 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

A geminação de cidades é um conceito que tem como objetivo criar relações e mecanismos protocolares entre cidades que, embora de áreas geográficas ou políticas distintas, estabelecem laços de cooperação, que poderão ocorrer a vários níveis, como o cultural, económico, desportivo etc.

Geralmente as cidades gêmeas têm características semelhantes, ou pontos de referência históricos comuns.

É aqui trazida uma Carta de Compromisso genérica, elencando os objetivos e as finalidades desta geminação, contudo, todas as ações concretas a levar a cabo terão de ser planificadas conjuntamente pelos dois Municípios.

O acordo de cooperação será consubstanciado na Carta de Geminação que terá duração indeterminada.

Vantagens e desvantagens desta geminação. Não há qualquer desvantagem. Tudo o que possa ser feito para levar o nome de Chaves mais além, só nos pode trazer mais-valias.

Chaves, cidade termal e de mil encantos, recebe como ninguém, sendo o povo flaviense afável, acolhedor e simpático, primando esta terra pela sua excelente gastronomia e riqueza cultural.

Posta à votação a proposta foi aprovada unanimidade.

PONTO 13 – PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS SUBJETIVOS AO INVESTIMENTO (REVALIDAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO CAMARÁRIO DE 14/03/2014, RELATIVO À CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS ATRIBUÍDOS À EMPRESA ISABEL GRILO UNIPESSOAL, LDA. À LUZ DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL). REQUERENTE. ISABEL GRILO UNIPESSOAL, LDA. MORADA: RUA DO RAJADO Nº 4, 5400 – 480 CHAVES. REGISTO Nº 13943/16, DE 12.12.2016. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 121/DSC/2016;

Não houve Intervenções:

Posta à votação a proposta foi aprovada unanimidade.

PONTO 14 - CERTIDÃO IMT – ARTº 45 - REQUERENTE: ADELINO RODRIGUES GOMES SANTOS - LOCALIZAÇÃO: RUA DO RIO - SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO N.º 67/12 REQUERIMENTO Nº 2217/16 -INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº291/DSCH/2016. - Para apreciação, discussão e votação;

Não houve Intervenções:

Posta à votação a proposta foi aprovada unanimidade.

PONTO 15 - CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IRS AO ABRIGO DO ARTº 71 DO EBF. REQUERENTE: JOÃO CARLOS TEIXEIRA BRUNO. LOCALIZAÇÃO: RUA DIREITA, 110/RUA BISPO IDÁCIO – SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO Nº 221/12. REQUERIMENTO Nº 293/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 15/DSCH/2017. Para apreciação, discussão e votação;

Não houve Intervenções:

Posta à votação a proposta foi aprovada unanimidade.



Assembleia Municipal de Chaves

15.02.2017

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos termos do disposto no artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata.

Antes de encerrar os trabalhos o Senhor Presidente da Mesa desejou a todos umas Felizes Festas.

Depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda o **Senhor Presidente da Mesa**, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, às 20,30 horas, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____